

O próximo Congresso Confederal

O Congresso Confederal inicia os seus trabalhos na próxima quarta-feira. É indubitavelmente o Congresso mais importante que se tem realizado nestes últimos tempos na região portuguesa. Fazem-se representar cento e vinte e um (121) organismos operários, isto é, agrupar-se há cerca de duzentos delegados. A hora a que estamos escrevendo ainda não se fechou a inscrição e esperam-se mais adesões.

Reunir, assim, tantos operários numa cidade para discutir os superiores interesses da classe trabalhadora, representa um esforço enorme e só quem já se enfrontou nestas questões sabe avaliar os dissabores, as fadigas, as horas de desânimo que causa.

Dentro de algumas horas começam a deslocar-se dos pontos mais opostos do país os delegados que vão reunir-se em Santarém. Traz cada um o sentir dum agregado de trabalhadores, a vontade de um organismo composto por dezenas, por centenas, por milhares de criaturas. E' ali, em Santarém, que cada delegado tentará harmonizar os interesses do agregado que representa com os interesses do restante, da grande massa operária que se faz representar no Congresso.

Reuniões desta natureza que o proletariado, devido às condições económicas a que está submetido, só pode realizar de dois em dois anos, são todavia um simulacro das reuniões periódicas, de curtos intervalos, que, após a queda do sistema capitalista, o proletariado realizará para regular os destinos sociais que lhe serão confiados.

Importantes são os problemas que no Congresso se discutirão. Estamos convencidos de que todos os delegados se encontram animados da mesma vontade de mútua tolerância que nestas emergências vale mais do que o prestígio da criatura escolhida para dirigir os trabalhos durante a magna assembleia.

Ninguém deve esquecer-se de que acima dos conceitos pessoais ou mesmo da opinião duma classe estão interesses de todo o operariado que é a junção de todas as classes. Na hora que passa, em que os partidos políticos dão o espectáculo da sua desmoralização e as forças reaccionárias, que não merecem a confiança da maioria da população consciente, estadeiam a sua falta de mentalidade na Sala do Risco e nos artigos do *Seculo*, a classe operária deve demonstrar duma maneira cabal que está à altura da sua missão. E' preciso fazer da Confederação Geral do Trabalho um organismo progressivo capaz de contar com a estima e a confiança de todos aqueles que, mesmo sem serem operários, sentem a necessidade de transformar a sociedade capitalista, de bases individualistas, numa sociedade proletária guiada por seus princípios de solidariedade.

Aviso importante

A absoluta falta de espaço com que lutamos, devida à inserção dos trabalhos a discutir nos diversos congressos que se realizam na próxima semana, obriga-nos a não publicar, além do vário original, alguns comunicados de organismos operários, pelo que rogamos que nos releve esta involuntária falta.

Notas & Comentários

«Memórias» de Raúl Brandão

Editado pelas livrarias Aillaux & Bertrand foi posto à venda o segundo volume das Memórias de Raúl Brandão. E', como todas as edições, daquela casa, bem apresentada e pela recolta de factos históricos que dizem principalmente respeito aos primeiros anos da república, está destinado a provocar forte discussão que a proximidade dos acontecimentos tornará mais calorosa.

Os títulos aristocráticos

A aristocracia está em crise. Os títulos de barão, conde, marquês, duque, estão pela hora da morte. Agora o marquês do Funchal também não pode usar o seu título. Porque? Porque o parágrafo 1.º do artigo 1.º da lei aquilo não lhe permite. Não sabemos o que resolverá o sr. marquez. No tempo da monarquia ainda havia um recurso: receber outro título, por régia mercê. Hoje, tem de limitar-se a ser o sr. Domingos António de Sousa Coutinho.

CARTA DO BRASIL A recepção aos estudantes portugueses tem sido uma farça

Chegou aqui no dia 3 do corrente o Orfeão Académico de Lisboa.

Vi-o passar na avenida Central, no meio da maior indiferença. Apenas uma pequena parte da colónia portuguesa foi ao seu desmbarque.

Os estudantes brasileiros brilharam pela sua ausência, mostrando assim a sua indiferença pelos seus colegas portugueses.

Se a recepção foi glacial, o mesmo se não dá com os espectáculos que aqui vão dar, pois os bilhetes, que são caríssimos, têm tido uma procura louca.

Todos os portugueses que daí vêm em missões, são bem tratados e verdade, mas pela colónia; e quando regressam, nas entrevistas que dão aos jornais, dizem terem sido bem recebidos pelos brasileiros — o que é falso.

O povo brasileiro — e não é todo — tolera os portugueses por necessidade.

Alguns professores aqui ensinam os seus alunos a desprezarem os portugueses, que aqui são tratados por «mondongos» galegos; os brasileiros estão convencidos que em Portugal toda a gente usa tamancos.

Em São Paulo, num teatro, houve um pequeno incidente com os estudantes de Coimbra; quando um deles estava no palco, a falar, um brasileiro gritou das galerias qualquer coisa como «cala a boca galego», sendo este gesto repudiado pela assistência.

O operariado do país odeia o comerciante, não por espírito de classe ou por rebeldia, mas sim porque o comerciante é português.

Entretanto não se queixa e não se organiza para se defender da exploração que sofre, que é pior que a que suporta o operariado em Portugal.

Eis no que consiste a tão apregoadada fraternidade luso-brasileira.

São estas as provas de simpatia que os portugueses recebem dos brasileiros, educados sob um estúpido critério nacionalista.

Um cônsul português que indispõe as colónias contra si

Em São Paulo está, como cônsul de Portugal, José Augusto de Magalhães, que já foi escorraçado de Manaus e Pará.

Naquela cidade também lhe virá provavelmente a suceder o mesmo, pois a colónia portuguesa anda indignadíssima com a sua conduta, pois faz do consulado coisa sua, conforme já foi exuberantemente provado com comunicações enviadas ao governo português e à imprensa.

Esse sr. Magalhães, tendo sabido que o director da Tuna de Coimbra é monárquico, quiz impedir, sem consideração alguma pelo carácter desse agrupamento, que a Tuna fosse recebida no Centro Republicano Português de São Paulo, tendo conseguido em parte o seu designio pois só parte da Tuna, acompanhada do seu director, visitou o dito centro, a pesar do cônsul, que se ameaçou com um relatório desfavorável ao sr. para o governo português.

Rio de Janeiro, 6 de Setembro de 1925.

F. A.

Assalariados do Estado

Numa reunião de delegados tratou-se do decreto dos duodécimos, com o qual se pretende prejudicá-los

Na sede do Sindicato dos Operários do Arsenal de Marinha, por iniciativa da comissão de melhoramentos do pessoal deste arsenal, realizou-se ontem uma reunião de delegados dos operários de todos os estabelecimentos do Estado, tendo-se feito representar o pessoal do Arsenal do Exército, do Arsenal da Marinha, das Cadeias Civis de Lisboa, do Depósito Central de Fardamentos, da Exploração do Porto de Lisboa, da Casa da Moeda, da Imprensa Nacional, da Cadeia Nacional, etc., em número de 20 delegados, para apreciar o decreto n.º 11.054, referente aos duodécimos, que estipula o desconto de 10 por cento nas gratificações que foram duplicadas ou triplicadas pela aplicação da matéria disposta nos artigos 12.º e 26.º da lei 1452, nas melhorias de vencimentos correspondente à acumulação de funções públicas, subsídios, percentagens de participação em lucros por administração de serviços públicos e jornais a assalariados do Estado.

Presidiu Manuel Tomás Marques, do Arsenal da Marinha, secretariado por Silvino Ferreira, do Arsenal do Exército, e Artur Cardoso, da Casa da Moeda. O presidente expôs os fins da reunião, dizendo que, embora duma forma velada, o referido decreto prejudicava os operários do Estado, convidando por isso os presentes a dizerem da sua opinião sobre o assunto, afirmando, previamente que, o sr. António Malheiro, director da contabilidade pública, tinha dito que o artigo do decreto referido estava mal redigido, e que o sr. ministro da marinha afirmara por sua vez que era intenção do governo diminuir os assalariados do Estado.

Augusto de Sousa, delegado do pessoal da Imprensa Nacional, diz que segundo o decreto dos duodécimos, no seu artigo 4.º, e pela aplicação da matéria disposta nos artigos 12.º e 26.º da lei 1452, pela forma que estão redigidos, não podem, de modo algum, atingir os assalariados, a não ser que o ministro das Finanças lhe queira dar outra interpretação. No entanto propõe que a comissão se aviste com esse ministro para saber ao certo se o decreto vem colidir com os interesses dos operários.

Artur Cardoso, da Casa da Moeda, concorda com este modo de ver. Outros oradores, porém, se manifestam no sentido de se procurar imediatamente o presidente do ministério para tratar do caso, procurando desde já fazer um grande movimento na opinião pública, tendente a fazer ver a razão que assiste aos assalariados do Estado.

A comissão procurou avisar-se com o

Os potentados de Samora Correia, pelo suborno, conseguem descarregar sobre os rendeiros seus explorados o maior peso das contribuições

Vamos ver ainda mais uma poderosa razão, pela qual ninguém desta região pode deixar de olhar com justificado rancor os potentados de Samora Correia, demonstrado como está que qualquer deles, bem longe de ter contribuído na mais pequena coisa para o desenvolvimento desta terra, muito pelo contrário, compraz-se em a fazer asfixiar sob as suas pesadas patas, não lhe permitindo a mínima demonstração de progresso.

Vamos ver o assunto contribuições que apenas nos interessam pelo seu reflexo na vida dos pobres, dos que apenas vivem do seu penoso trabalho e que, por aqui, se chamam tapadinhos ou fazendeiros.

São estes homens uns pequenos proprietários para poderem viver com uma certa mediocridade e desafogo, e muito principalmente, que é o que mais lhes interessa, para se verem libertos do jugo da Companhia das Lezírias, o que para eles representa um sonho que durante longos anos acariciam. Têm a sua casinha, a sua pequena horta, meia dúzia de árvores de fruto e umas geiras de terra onde cultivam o trigo e as batatas, permitindo-lhes criar o seu porquinho, eis no que se consubstancia toda a sua felicidade.

Eles bem sabem quanto pesa a canga da Companhia; eles bem sabem, pela dura experiência de anos e anos de trabalho quanto custa levantarem-se, muitas vezes, bem antes do sol romper, para que, quando ele começa a dardejear os seus raios sobre a terra, possam estar já de enxada ferrada no solo ingrato que a outros pertence e que eles vão fecundar com o seu suor, não vá o capataz corta-lhes a minguada jorna. E, por isso, logo que, à custa de canceiras e de trabalho, podem arrendar ou comprar uma *tapada* onde possam erguer os adóbes da sua modesta casinha, eles julgam-se felizes. E é, na verdade, bem feliz aquele que pode levantar-se à hora que lhe apetece, trabalhar denodadamente na sua própria gleba, sem ter que ouvir as repreensões do capataz e pode passar as horas do calor sob as suas telhas-jamigas.

Esta gente não aspira a mais nada; e muitos trabalhadores há, em Samora e por todo esse país, que a bem mesmo aspiram. Cegos para a luz que lhes pretendemos mostrar, surdos às palavras de verdade que aqui lhes dizemos e nos não cansaremos de repetir, parece que apenas desejam que a companhia não acabe e tenham lá o seu lugar certo, à custa das maiores humilhações e baixezas, à custa do aluguer da própria personalidade moral.

Não vêm, os pobres cegos, que enquanto houver potentados, há-de haver quem sofra, quem gema, quem agonize debaixo do peso do seu jugo, e que sómente pelo desmoronar dos colossos é que sómente podemos obter um pouco de bem estar a que todos têm direito, visto que é sobre as ruínas da actual depravação que se há-de construir uma vida melhor, mais justa e mais igualitária.

MARINHA MERCANTE

Como o sr. João de Matos Couto pretende hostilizar a Marinha Mercante

Tendo aparecido na imprensa, uns artigos sob a epigrafe «Marinha Mercante» assinados pelo sr. Couto, com o intuito sómente, de preparar o ambiente para substituir umas das principais carreiras de navegação portuguesa, por carreiras de navegação estrangeira, guiando-se assim agente dessa companhia estrangeira em prejuizo de milhares de famílias dos marítimos portugueses, não posso, como marítimo que sou e defendendo o meu pão assim como o de todos aqueles que pelo Oceano procuram os meios de alimentação, e nunca defendendo armadores ou companhias de navegação, deixar de por este meio levantar o meu mais veemente protesto, contra o tal sr. Couto, porque pelos artigos por ele publicados, resumo, que deseja ver aniquilada a marinha mercante nacional para engrandecimento da navegação estrangeira.

Pregunto eu que benefícios trará, para a marinha mercante nacional, a ida dos vapores estrangeiros aos portos insulares?

Só se esse senhor deseja ver reduzidas à miséria, 150 famílias que são pouco mais ou menos, os tripulantes, que nos navios da Companhia Carregadores Açoreanos, empregam a sua actividade para assim aguiarem de todos aqueles que têm a seu cargo.

Pois o sr. Couto já se não lembra, quando num mister muito diferente, é verdade, angariava também os meios de alimentação para aqueles que tinha a seu cargo, e quantos sacrificios teria que fazer, para assim ver o seu lar com um pouco mais de conforto. Porque razão já se não lembra desses tempos? Pensa então agora com toda essa grande força de «patriotismo» como diz, reduzir à miséria esses 150 marítimos que na C. N. C. A. ganham os meios de subsistência?

O sr. Couto, e o Sindicato de cuja direcção é secretário, tenha muita cautela não brinque com a barriga dos marítimos, porque então não serão os 150, mas sim alguns milhares que lhe pedirão responsabilidades pelo gesto tão «altruista» que na imprensa acaba de sair à publicação.

Terminando, os marítimos ficarão assim de atalaia para por termo a estes casos, assim como a outros, que em iguais circunstâncias se venham a repetir.

Júlio SILVA

Novocentistas aldeias submersas

PEQUIM, 18. — Em consequência da rutura de um dique ficaram submersas no rio Amarel, 900 aldeias.

presidente do ministério, sendo recebida pelo chefe do gabinete, sr. Aragão, que prometeu comunicar ao ministro as pretensões dos comissionados, dizendo que, em sua opinião, seria melhor avisarem-se com o ministro das Finanças, com o que os interessados concordaram, pelo que aguardarão que este ministro, que está fora de Lisboa, regressasse.

Não vêm, os pobres mártires da enxada, que o mundo não foi criado apenas para os grandes, para aqueles a quem o acaso faz nascer em berço dourado, e passam a vida sem dar por que, por esses campos, mourem milhares de desgraçados que produzem tudo quanto esses parasitas comem, bebem e estragam!

Vejam esses pequenos proprietários que já se julgam livres do peso da Companhia, como vivem completamente enganados. Como sabem, na sociedade actual, todos pagam as suas contribuições; e a lei que deve ser igual para todos, dispõe que cada um pague de harmonia com os seus teres. Mas não é assim.

As contribuições são lançadas de harmonia com o valor que as propriedades têm na matriz; e esta é feita por comissões para esse fim nomeadas.

E serão estas comissões compostas de homens verdadeiramente honestos, justos e conhecedores dos terrenos que avaliam? Poucas vezes. E, por muito sabedores que sejam, pertencem sempre à família dos grandes proprietários, hospedam-se em casa deles e recebem-lhes as *lucas* com que eles sabem fazer valer os seus direitos.

Se amanhã vier a Samora uma comissão de avaliação para novas matrizes, quem é que a vai buscar à estação? Onde vai hospedar-se? No palácio da companhia.

Quem a dirigirá através dos campos? Os empregados da senhora Companhia. E eis a razão por que, ao passo que os pequenos pagam actualmente mais de 10% do valor das suas terras — valor real — os grandes, como a Companhia das Lezírias, pagam muito menos de meio por cento, ou seja vinte vezes menos do que deveriam pagar, em vista do que os demais pagam.

Comparem:

António Evangelista de Oliveira, que é o primeiro do rol, paga uns 4500 de contribuição; Lima Neves paga apenas 15 vezes mais, quando possui trinta vezes mais terrenos. Palha Branco, dono de quasi a quinta parte da freguesia de 11 contos; e a Companhia que tem quasi todo o resto, paga apenas 88 contos, números redondos!

Pois vejamos — para que a Companhia pague um pouco mais ou menos o que paga o António Evangelista de Oliveira, teria que pagar, pelo menos 60 ou 70 vezes mais ou seja uma média de 5.500 contos. Mas não os paga nem os pagará, porque ela tem muito dinheiro com que gratificar os encarregados das avaliações.

Mas o povo quer ser sempre o eterno explorado.

O povo acredita mais os que o enganam e lhe contam histórias da carochinha para melhor o sugarem, do que aqueles que pretendem abrir-lhes os olhos, tornando-o digno, consciente e livre.

A GUERRA DE MARROCOS

Como Painlevé transformou a conquista do Riff numa ofensiva de «pacificação»

Os leitores de *A Batalha* não sabiam certamente que o marechal Petain, com os seus 100 batalhões de infantaria, os seus «tanks», os seus aviões, os seus canhões de 155, de 75, de 65, etc., sem contar com os de 340 dos couraçados que bombardeiam as costas do Riff, estava em Marrocos «não para conquistar mas para pacificar» aquelas regiões.

Pelo menos é o que Painlevé acaba de afirmar aos jornalistas franceses ao voltar da Alsácia e da Lorena, onde, entre outras cerimónias, presidiu a uma revista militar.

E' verdade que não é primeira vez que o presidente do ministério francês mente descaradamente.

O homem que declarou na Câmara dos Deputados que nunca entraria no Riff, que jurou que estava pronto a entabular negociações de paz com os rifenhos, mas que ao mesmo tempo preparava a cooperação militar da França e da Espanha e dirigia um ultimatum a Abd-el-Krim, o chefe de governo que há bastantes meses, para servir as potências financeiras, que de facto, como no nosso, dirigem a política daquele país, e que vai mentindo, mentindo sempre com um cinismo e um desprezo revoltante pela opinião pública, pode muito bem em Ginebra ou em Paris dizer o que lhe apetece sobre a paz.

Mas que nos importa e que importa aos franceses que Painlevé continue a mentir? O maior criminoso francês de todos os tempos tem assegurado os seus votos pelos deputados que estão comprados pelas gorgostas que recebem das sociedades financeiras. Ele pode, como Clemenceau, que em tempos para trocar de Jaurès lhe respondeu em plena Câmara «que não iria a Fez mas sim a Meca», jurar que não iria ao Riff e dar ao mesmo tempo ordem aos generais para preparar a ofensiva contra Ajdir. No regime actual ele conta com uma maioria parlamentar servil e paga.

Com o apoio da quasi totalidade da imprensa, com os boletins de voto pagos a peso de ouro, um governo pode, impunemente, trocar da opinião pública, deturpar os factos e mentir descaradamente. Contanto que não emprenda contra as forças económicas e financeiras, contanto que não bula nas riquezas roubadas, Painlevé nada tem a temer.

O combate à hidra

NEW-YORK, 18. — O governo ordenou que não seja permitido o desembarque nos Estados Unidos do deputado comunista indio Skiatvile.

A RENOVACAO VENDE-SE EM TODAS AS TABACARIAS

O 18 DE ABRIL Alguns senhores réus permitiram-se o luxo de chegar mais tarde

Ao iniciar-se a sessão de hoje faltam os réus Sinel de Cordes, Raul Esteves, Filomeno da Câmara e Catarino Lima, que compareceram dez minutos depois.

Ainda lhes foi concedida licença para assinar o ponto.

O sr. major Tamagnini Barbosa leu ao tribunal uma carta do alferes de cavalaria Carvalho Nunes em que se confessa conveniente no movimento. Vem a seguir a primeira testemunha Vitoriano Pereira, que vem dizer ao tribunal que na manhã de 18 de Abril viu sair de casa o sub-chefe da banda de sapadores. E nada mais.

Outra testemunha: António Romão. Pouco diz. Viu sair de manhã cedo, às dez e meia, o seu visinho e sabe que ele esteve melido nesta *coisa* do 18 de Abril. O visinho é o sub-chefe da banda já referido.

O sr. Cunha Leal, achando lacónico o depoimento da testemunha, pretende fazer umas instâncias que nada adiantam.

Vem depois o sr. alferes Sousa que nas anteriores audiências tem sido bastante citado por ser uma testemunha importante do encontro do grupo a cavalo e do esquadra da G. N. R. do comando do capitão Albuquerque. Relata o encontro das duas unidades pela mesma maneira que o relatório do capitão Albuquerque, dizendo que o esquadra foi surpreendido pelo grupo a cavalo.

O sr. Cunha Leal insta: — O sr. alferes Sousa disse que tinham avistado uma patrulha do grupo. O que fez essa patrulha? — Retirou. — Como levava o esquadra as carabinas? — Fora dos coldres.

O sr. Cunha Leal diz à testemunha que esta sua declaração não condiz com as declarações aqui prestadas anteriormente por vários réus e várias testemunhas, todavia e contra o que se esperava não foi feita acareação alguma.

O 2.º sargento músico João Guedes, da G. N. R., encontrou às 11 horas da manhã do dia do movimento o seu João António a sair de casa. E mais nada. O alferes reformado Raúl Valente de Oliveira Coelho só sabe que os réus António Costa e Coelho estiveram a almoçar em sua casa.

O sr. Cunha Leal deseja saber se esse alferes foi criminoso, visto só assim se compreender a sua vinda ao tribunal como testemunha de acusação.

O alferes médico sr. Silva Costa só teve conhecimento do movimento depois de estar na rua. Estava de serviço na Companhia de Saúde, para onde foi, tendo ali sido montado um posto de socorros. Foi à Farmácia Central do Exército e telefonou para o Quartel General pedindo ordens que não vieram. No dia 19 foram ali curar-se alguns feridos, tendo sido de ali que foi dado aos revolucionários o lençol que lhes serviu de bandeira branca. Declara ainda que viu o esquadra sem bandeira branca, relatando ainda algumas particularidades sem importância de maior.

O 2.º sargento Joaquim Lopes Santarem da G. N. R. também não sabe nada do movimento. E de testemunha de acusação passa a considerar-se testemunha de defesa do sargento Ferreira.

O defensor officioso: — Sabe-se se o sargento Ferreira estava implicado no movimento? — Suponho que não, tinha até regressado de licença.

E é todo o seu testemunho. Vem a seguir o barbeiro Alberto de Albuquerque. Logo de entrada, diz não saber nada.

O promotor: — Diga o que sabe. — Só vi o meu José António ou José Manuel à minha porta.

O promotor auxiliando a testemunha: — Pelo que não lhe resta dúvida alguma do que ele estava ao lado dos revoltosos, não é assim? — Sim senhor.

— Pois olhe que um testemunho como o seu ou de quem mente ou de quem não merece consideração alguma. — Conhece já o seu? — Desde as últimas eleições em que ele não liceu Camões deu pancada nos republicanos.

— Só em republicanos? — Talvez também alguns monárquicos. E o interrogatório continua assim mantendo-se a assembleia em franca hilaridade. — Ele estava armado? — Estava armado de bengala. — E isso o leva a considerá-lo revolucionário? — Estava de bengala...

O sr. auditor: — Está bem. Se lá tenho passado com bengala já sei que estava também aqui no banco dos réus. (Risos).

A's 14 horas e quarenta minutos é interrompida a audiência.

Hoje começam a ser inquiridas as testemunhas de defesa.

Atitude da Federação Marítima e o desassombro da União Marítima de Buarcos

Com a presença dum delegado da Confederação Geral do Trabalho e da Organização marítima, realizaram-se em Buarcos duas reuniões, regularmente concorridas, para se apreciar a insólita e incorreta atitude dos dirigentes da Federação Marítima contra a C. G. T., ou melhor, contra o verdadeiro sindicalismo revolucionário.

Aberta a sessão, da primeira reunião, pelas 20 horas do dia 12, António Charana da Costa explica os fins da mesma e alarga-se em interessantes considerações atinentes a demonstrar o valor da organização operária e a alta missão da C. G. T. Portuguesa — missão, diz, que só poderá cumprir se todos os trabalhadores a coadjuvarem como é seu indeclinável dever. Abordando o conflito da F. M.-C. G. T. declara-se inteira e incondicionalmente pela C. G. T., isto é, pelos princípios que este organismo tão galhardamente defende. Confirma absolutamente o artigo escrito pelo camarada Adolfo de Freitas, de Coimbra — tanto mais que foi ele orador quem inspirou e informou o autor.

Informa que certo militante e dirigente da F. M. António Pinto dos Santos, uma vez em Buarcos, apenas fez aos marítimos a propaganda do partido comunista nos seguintes termos: «eu entendo que os marítimos devem ir às eleições, votar em candidatos dos partidos operários para terem quem os defenda no Parlamento».

(O representante da C. G. T. pergunta se as coisas se passaram como informa o camarada Charana, o que é imediatamente confirmado por toda a assistência, principalmente por Joaquim Loureiro, que assevera tê-lo ouvido por mais do que uma vez fazer essa afirmação). Declara ainda, que a maior preocupação do referido indivíduo era fazer a propaganda do partido comunista, atacando sistematicamente os militantes da organização operária da tendência libertária e sindicalista revolucionária.

Proseguindo Charana queixa-se do desprezo a que os dirigentes da F. M. votaram aquele Sindicato e diz que em seu entender o Sindicato deve ficar na C. G. T. e não na F. M., enquanto nesta predominarem os políticos, tanto mais que foi por intermédio da C. G. T. que aderimos à F. M. visto que primeiramente tínhamos aderido à C. G. T.

Seguidamente fizeram uso da palavra vários marítimos sendo todos de opinião que se deve ficar na C. G. T.

Fala por último Joaquim do Carmo, representante da C. G. T. e organização marítima discordante da F. M. Este camarada inicia as suas considerações, saudando os marítimos de Buarcos, a quem deseja um futuro muito próspero. Descreve o fim da sua missão, informando detalhadamente o gesto dos marítimos do norte e bem assim, da maioria das classes marítimas portuguesas. Defende com boa argumentação os princípios básicos do sindicalismo revolucionário, valendo-se da história para em felizes sínteses concluir que todas as ditaduras são odiosas, quer sejam rotuladas de conservadoras, quer se apresentem como avançadas. Nega com veemência a capacidade a todos os partidos, grupos ou facções políticas para dirigir o operariado e defende com ardor a orientação da Associação Internacional dos Trabalhadores. Termina lendo a moção aprovada pelos marítimos do Porto, Gaia e Leixões, e os documentos que a comissão de relações do sul submeteu aos sindicatos marítimos. Sobre estes documentos fala ainda vários camaradas, sendo finalmente resolvido, por alvite do camarada António Charana da Costa, que os documentos em referência fossem aprovados em princípio, ficando para ser apreciados em última instância na futura reunião que estava marcada para o outro dia — domingo.

De facto, pelas 18 horas de domingo, realizou-se a segunda reunião dos marítimos de Buarcos, tendo a mesma decorrido com verdadeiro entusiasmo.

Falaram, além dos camaradas da reunião anterior, outros que aquela não tinham assistido, sendo no final, e depois de nomeadas lidas, aprovadas as moções dos marítimos do norte e sul e nomeado delegado ao congresso confederal e conferência nacional marítima, o camarada António Charana da Costa, activo e inteligente militante marítimo em Buarcos, camarada com largos conhecimentos de assuntos marítimos não só pela sua lida mentalidade mas ainda pela grande prática — visto ter já feito muitas viagens.

O representante da C. G. T. e classes marítimas discordantes, pergunta o que pensam fazer os marítimos de Buarcos se lhes aparecerem a pedir qualquer reunião, os actuais dirigentes da F. M. Foi resolvido responder de harmonia com a moção do norte aprovada, isto é, que não tinham que realizar reuniões para ouvir aqueles com quem tinham cortado toda a espécie de relações.

Outrosim foi resolvido por unanimidade continuar aderente à C. G. T. e aderir imediatamente à União Marítima do Norte, com quem fica em permanente correspondência para os devidos efeitos.

Accentuou-se em recomendar imediatamente a fazer a cobrança que estava suspensa há já uns meses e resolveu-se fazer uma série de reuniões seguidas de um ou mais comícios públicos com a presença de representantes da União Marítima do Norte, Marítimos de Lisboa e Confederação Geral do Trabalho, o que cheguem os Pescadores do Banco da Terra Nova.

Antes de terminar a sessão foi aprovado um veemente protesto contra as deportações e uma salvação a todas as vítimas das governantes de todo o mundo e ainda uma efusiva salvação aos marítimos que conscientemente repudiaram a atitude inconsciente dos dirigentes da F. M., à C. G. T. e à Associação Internacional dos Trabalhadores.

Prossagem os trabalhos para a realização da Conferência de Santarém

A comissão de relações dos Sindicatos Marítimos e Fluviais do Sul (discordantes da F. M.) tem constatado com bastante sa-

EM PORTIMÃO UMA CORPORAÇÃO PERIGOSA

Os soldados da G. N. R. agredem bárbaramente os presos e os transeuntes
Um conflito grave

PORTIMÃO, 15.—Deu-se na passada segunda-feira, 7, um grave conflito entre a patrulha da guarda republicana e alguns operários estivadores, conflito que podia ter consequências muito mais graves.

Mas contemos o caso:
À meia noite do dia 7 do corrente, seguia por certa rua de Portimão um grupo de três operários cantando.

Encontrados por uma patrulha da guarda, foram estes imperiosamente obrigados a calarem-se embora um dos admoestados tivesse feito sentir à patrulha que iam sossegados e não ofendiam ninguém, nada mais fazendo do que cantar, o que é costume e velho na cidade.

Os trovadores calaram-se e a guarda seguiu, depois de fazer as costumadas ameaças.

Perdição de vista a patrulha, um dos operários que ia um pouco embriagado, rompeu novamente a cantar.

A patrulha, porém, que os não tinha deixado de seguir, saltou-lhes logo à frente, agarrando logo pelo pescoço um dos do grupo e começando na sua fúria de dar pancada, que é a única coisa que sabem fazer, como já no tribunal da comarca tem sido demonstrado muita vez.

Aos gritos dos soçados, apareceram dois indivíduos, que ainda não foram reconhecidos, que censuraram a guarda pelo seu mau procedimento procurando evitar que mais pancadas levassem os dois desgraçados.

A resposta foi serem também agredidos. Em face de tão injusto procedimento, os dois, censurados viram-se na necessidade de se defenderem, estabelecendo-se então uma luta feroz entre eles e os guardas, da qual resultou um dos guardas deixar no meio do chão a espingarda, o boné e os cartuchos que pretendia meter na arma.

Depois de alguns minutos de luta os dois contendores paisanos fugiam, tudo se restando.

Às cinco horas da manhã do dia seguinte, vários guardas de olhar chamejante, foram prender à cama dois estivadores, o que a lei não permite, senão por mandado judicial ou com a presença do delegado do Governo, e isso mesmo depois do sol nascer e antes dele pôr. Mas as legalidades nada valem para quem anda sempre fora da lei.

Uma vez presos foram levados para a casa da guarda onde lhes caíram logo em cima uns dez «mantenedores da ordem», dando lá taria nos pobres presos, que alguns moradores da rua chegaram a pedir socorro contra tamanha selvajaria.

O caso foi imediatamente conhecido em toda a cidade, levantando tal indignação que, contra a vontade dos agressores—que esperavam naturalmente matar à pancada os pobres presos—foram entregues ao poder judicial, no prazo legal, os detidos.

Uma barbaridade capaz de revoltar os mais pacíficos!

E o ódio e o despalte dessas feras é tal que já voltaram à cadeia para fazer novas ameaças.

Em face de tão insolito procedimento, perguntamos às autoridades competentes—o que pensam fazer para meter na ordem os que tão exuberantemente demonstram ter de homens apenas a figura?

Acabamos agora mesmo de saber que a guarda republicana que foi prender à cama um dos estivadores, teve esta frase, que define bem as feras que Portimão tem de suportar por cobardia de certos políticos:

«Levanta-te lá malandro que sangue pede sangue!»—E.

tificação o bom resultado dos seus trabalhos atinentes à efectivação em Santarém, no dia 27, duma conferência nacional.

A junta às resoluções dos organismos, que ontem tornados públicas, temos hoje mais as seguintes:

Sindicato dos Fogueiros de Mar e Terra, aprovou a moção e nomeou delegado os camaradas António Braz, Júlio Mendes da Silva e Joaquim de Oliveira; Sindicato do Pessoal de Cámaras da Navegação de Longo Curso, aprovou igualmente a moção e nomeou delegados João dos Santos Cadete, Manuel Cardoso e Joaquim Afonso, e o Sindicato dos Chauffeurs Marítimos, nomeou delegado o camarada José Severino Junior e aprovou a moção.

Joana aos 17 anos era alta e forte, seus grandes olhos negros de olhar pensativo e doce, a sua cabeleira de ébano, a tez pura, e ligeiramente queimada pelo sol, a boca vermelha e os dentes brancos, a fisionomia casta, séria e cândida, davam ao todo da sua pessoa um aspecto atraente, e, quando pôs na cabeça o capacete do soldado, a rapariga resplandecia de beleza guerreira.

A este momento entravam o sargento e Tiago Darc, este franziu severamente as sobrancelhas, porém o soldado encantado de ver o seu capacete na cabeça da bela camponesa, dirigiu-lhe alguns elogios, com que redobrou o descontentamento do lavrador.

Joana apesar da cólera crescente de seu pai, saiu da sua reserva ordinária, aproximou o seu banco do sargento, e acabourunhou-o com perguntas sobre o exército real, sobre as suas forças e maneira de combater, sobre a sua posição presente, sobre o número das bombardas de artilheria, e nome dos capitães que inspiravam confiança aos homens de armas.

O sargento, muito lisongeado com a curiosidade da bela rapariga a respeito dos factos militares, pensando mesmo que ela se interessava mais ainda no guerreiro do que na guerra, respondia-lhe galantemente a todas as suas perguntas. Ela escutava-o tão avidamente e tomava tão profundo interesse na conversa, que Tiago Darc, indignado, imaginou que a soberba aparência do soldado enlouquecera Joana, e lançava-lhe olhares furiosos; ela não notou a indignação paternal, e redobrou as perguntas; soube então com dor imensa, que impeliu para além do Loire, depois de uma recente e vergonhosa derrota, chamada a «Batalha dos arenesques», o exército realista fugira em desordem; que os ingleses assaltavam Orleans, e que tomada essa cidade e invadida a Turena, tudo estava perdido para o rei e para a França, pois que todo o seu território pertenceria então aos ingleses.

—Nada pode pois salvar a Gália! exclamou Joana, tudo está pois perdido?

—Se antes de um mês não estiver levantado o

CARTA DO PORTO

Um sr. John da Casa Sandeman que trata os cães e os gatos como gente e os seus operários como cães

A acção passa-se na casa Sandeman. É uma história simples, mas verdadeira, que convém principiar por este prólogo:

Na referida casa inglesa Sandeman, um dos gerentes é conhecido por John, igualmente nosso britânico aliado.

O sr. John, que ao mesmo tempo é uma espécie de provador de vinhos da vinícola firma Sandeman, vive muitíssimo bem a pontos de poder sustentar duas ou por outra, três famílias: uma humana, outra canina e outra felina, isto é: de gataria. Para divertir estes indivíduos das suas relações, o sr. John possui quasi um jardim zoológico.

O sr. John é muito limpo; obedecendo a estes preceitos higiénicos, mandou há tempos um dos trabalhadores dos seus armazéns dar um banho aos seus cães, anafados e luzidios—contraste confrangedor com o esqueletismo do pária.

Ao chegarem ao rio Douro, os cães, fofos, irrequietos, atiraram-se imediatamente à água. Na sua precipitação arrastaram na queda o pobre trabalhador, o qual, não podendo desenfear-se das cordas dos mastins pereceu afogado.

Quando os cães voltaram para terra, o cadáver do infeliz veio juntamente arrastado.

Comunicada a notícia ao sr. John, ele apressou-se a perguntar se havia algum perigo. E como obtivesse resposta negativa, visto a irresponsabilidade dos seus «fideis amigos», desabafou: «Então está bem—um «está bem» mascado de inglês...

O sr. John não se incomodou com o funeral da vítima dos seus cães. Não aconselhou, quanto mais obrigou, o seu pessoal a acompanhar o fêretro à sua última morada; foi enterrado como um cão.

Os leitores vão já conhecer a razão das queles preliminares assim descritos tão prosaicamente.

O sr. John, um verdadeiro santo, embora ainda por canônico, não se divorciou ainda da sua «família» canina e de digitigrados. Sucedeu, porém, morrer há uns dias um dos ilustres membros daquela abicharrada família: um gato de grande estimação...

O sr. John cobriu-se de luto, sofreu um cruel golpe no seu coração diamantino. Contrário ao estreito critério teológico de que só o ser humano é que é racional e possui alma para dar contas a Deus—mandou fazer um caixãozinho de madeira, ordenou que o gato—o desditoso gato!—fosse metido, naquele pungente esquife e adornou-o, piedosamente, sentidamente, de formosas gerbes de flores naturais... De-

caro, e acessível se tornasse ao maior pobreto.

Ainda havia uma outra forma de tirar o carácter de negócio ao fúnebre: era dar entrada gratuita aos sócios dos clubes que jogassem nesse dia. Desta forma beneficiavam os clubes, os quais vieram as suas populações aumentarem. Querem os porém parecer que esta ideia não será aproveitada...

Pois se em desafios com grupos estrangeiros organizados por dois ou três clubes só dão entrada aos sócios do clube que joga nesse dia, roubando assim os sócios dos restantes clubes, que por igual tomam parte nos riscos da empresa...—K.

Adaptação cinematográfica do romance de Sarah M. Lean Green.—Scenas da vida dos pescadores da Nova Inglaterra.—Naufrágio. Heroísmo e abnegação dos humildes baleeiros. Magistral interpretação de BARBARA BEDFORD Frank Newman e Robert Gray.

A PORTA FECHADA
Comédia sentimental com FRANK M'FARLANE
Loucuras campestres
Sarça em 2 partes pelas belezas de Century
Uma revista cinematográfica

Adaptação cinematográfica do romance de Sarah M. Lean Green.—Scenas da vida dos pescadores da Nova Inglaterra.—Naufrágio. Heroísmo e abnegação dos humildes baleeiros. Magistral interpretação de BARBARA BEDFORD Frank Newman e Robert Gray.

A PORTA FECHADA
Comédia sentimental com FRANK M'FARLANE
Loucuras campestres
Sarça em 2 partes pelas belezas de Century
Uma revista cinematográfica

Adaptação cinematográfica do romance de Sarah M. Lean Green.—Scenas da vida dos pescadores da Nova Inglaterra.—Naufrágio. Heroísmo e abnegação dos humildes baleeiros. Magistral interpretação de BARBARA BEDFORD Frank Newman e Robert Gray.

A PORTA FECHADA
Comédia sentimental com FRANK M'FARLANE
Loucuras campestres
Sarça em 2 partes pelas belezas de Century
Uma revista cinematográfica

Adaptação cinematográfica do romance de Sarah M. Lean Green.—Scenas da vida dos pescadores da Nova Inglaterra.—Naufrágio. Heroísmo e abnegação dos humildes baleeiros. Magistral interpretação de BARBARA BEDFORD Frank Newman e Robert Gray.

A PORTA FECHADA
Comédia sentimental com FRANK M'FARLANE
Loucuras campestres
Sarça em 2 partes pelas belezas de Century
Uma revista cinematográfica

Adaptação cinematográfica do romance de Sarah M. Lean Green.—Scenas da vida dos pescadores da Nova Inglaterra.—Naufrágio. Heroísmo e abnegação dos humildes baleeiros. Magistral interpretação de BARBARA BEDFORD Frank Newman e Robert Gray.

A PORTA FECHADA
Comédia sentimental com FRANK M'FARLANE
Loucuras campestres
Sarça em 2 partes pelas belezas de Century
Uma revista cinematográfica

Adaptação cinematográfica do romance de Sarah M. Lean Green.—Scenas da vida dos pescadores da Nova Inglaterra.—Naufrágio. Heroísmo e abnegação dos humildes baleeiros. Magistral interpretação de BARBARA BEDFORD Frank Newman e Robert Gray.

A PORTA FECHADA
Comédia sentimental com FRANK M'FARLANE
Loucuras campestres
Sarça em 2 partes pelas belezas de Century
Uma revista cinematográfica

Adaptação cinematográfica do romance de Sarah M. Lean Green.—Scenas da vida dos pescadores da Nova Inglaterra.—Naufrágio. Heroísmo e abnegação dos humildes baleeiros. Magistral interpretação de BARBARA BEDFORD Frank Newman e Robert Gray.

A PORTA FECHADA
Comédia sentimental com FRANK M'FARLANE
Loucuras campestres
Sarça em 2 partes pelas belezas de Century
Uma revista cinematográfica

Adaptação cinematográfica do romance de Sarah M. Lean Green.—Scenas da vida dos pescadores da Nova Inglaterra.—Naufrágio. Heroísmo e abnegação dos humildes baleeiros. Magistral interpretação de BARBARA BEDFORD Frank Newman e Robert Gray.

A PORTA FECHADA
Comédia sentimental com FRANK M'FARLANE
Loucuras campestres
Sarça em 2 partes pelas belezas de Century
Uma revista cinematográfica

Adaptação cinematográfica do romance de Sarah M. Lean Green.—Scenas da vida dos pescadores da Nova Inglaterra.—Naufrágio. Heroísmo e abnegação dos humildes baleeiros. Magistral interpretação de BARBARA BEDFORD Frank Newman e Robert Gray.

A PORTA FECHADA
Comédia sentimental com FRANK M'FARLANE
Loucuras campestres
Sarça em 2 partes pelas belezas de Century
Uma revista cinematográfica

Adaptação cinematográfica do romance de Sarah M. Lean Green.—Scenas da vida dos pescadores da Nova Inglaterra.—Naufrágio. Heroísmo e abnegação dos humildes baleeiros. Magistral interpretação de BARBARA BEDFORD Frank Newman e Robert Gray.

A PORTA FECHADA
Comédia sentimental com FRANK M'FARLANE
Loucuras campestres
Sarça em 2 partes pelas belezas de Century
Uma revista cinematográfica

Adaptação cinematográfica do romance de Sarah M. Lean Green.—Scenas da vida dos pescadores da Nova Inglaterra.—Naufrágio. Heroísmo e abnegação dos humildes baleeiros. Magistral interpretação de BARBARA BEDFORD Frank Newman e Robert Gray.

A PORTA FECHADA
Comédia sentimental com FRANK M'FARLANE
Loucuras campestres
Sarça em 2 partes pelas belezas de Century
Uma revista cinematográfica

Adaptação cinematográfica do romance de Sarah M. Lean Green.—Scenas da vida dos pescadores da Nova Inglaterra.—Naufrágio. Heroísmo e abnegação dos humildes baleeiros. Magistral interpretação de BARBARA BEDFORD Frank Newman e Robert Gray.

A PORTA FECHADA
Comédia sentimental com FRANK M'FARLANE
Loucuras campestres
Sarça em 2 partes pelas belezas de Century
Uma revista cinematográfica

Adaptação cinematográfica do romance de Sarah M. Lean Green.—Scenas da vida dos pescadores da Nova Inglaterra.—Naufrágio. Heroísmo e abnegação dos humildes baleeiros. Magistral interpretação de BARBARA BEDFORD Frank Newman e Robert Gray.

A PORTA FECHADA
Comédia sentimental com FRANK M'FARLANE
Loucuras campestres
Sarça em 2 partes pelas belezas de Century
Uma revista cinematográfica

Adaptação cinematográfica do romance de Sarah M. Lean Green.—Scenas da vida dos pescadores da Nova Inglaterra.—Naufrágio. Heroísmo e abnegação dos humildes baleeiros. Magistral interpretação de BARBARA BEDFORD Frank Newman e Robert Gray.

A PORTA FECHADA
Comédia sentimental com FRANK M'FARLANE
Loucuras campestres
Sarça em 2 partes pelas belezas de Century
Uma revista cinematográfica

Adaptação cinematográfica do romance de Sarah M. Lean Green.—Scenas da vida dos pescadores da Nova Inglaterra.—Naufrágio. Heroísmo e abnegação dos humildes baleeiros. Magistral interpretação de BARBARA BEDFORD Frank Newman e Robert Gray.

A PORTA FECHADA
Comédia sentimental com FRANK M'FARLANE
Loucuras campestres
Sarça em 2 partes pelas belezas de Century
Uma revista cinematográfica

pois... o cadáver do gato esteve em exposição durante 24 horas e alumado por brulhoantes cirios, como o mais catita cristão...

O sr. John deu assim uma lição prática tendente a demonstrar que os animais, sendo igualmente filhos... da criação de Deus, também têm alma e são chamados à divina providência, a fim de serem pesados na lendária balança das responsabilidades pecaminosas... O sr. John, como protestante, introduziu um avatar nos textos religiosos do luteranismo...

Expirados as 24 horas de exposição, o sr. gato lá foi levado em procissão para um cemitério que o sr. John mandou construir num dos terrenos dos armazéns, cujo pessoal foi obrigado a acompanhar, carpi-deirando, o engraçado enterro...

E o pobre do gato lá ficou sepultado em frente de um cruzeiro—legenda de Cristo—que o sr. John lhe mandou erigir... como última homenagem cristã...

É simples esta história, não é? Se ela fosse uma pura invenção nossa, talvez acreditassem nela. Mas como é uma autêntica realidade passada na casa Sandeman, é de supor que não acreditem...

O sr. John é uma criatura humana, o mais prático sócio da Sociedade Protectora dos Animais. E, porém, para lamentar que o sentimentalismo do sr. John se amolgasse de encontro a uma humilde proposta, a um humilde desejo, dos seus operários. Eles queriam, pelo menos, que fossem tratados como os seus gatos e os seus cães; queriam ser arranchados na cozinha fidalga dos animais do sr. John, onde se sustentam a leite e carne primorosamente condimentada—ao passo que aos trabalhadores dão-lhes, na casa Sandeman, como em outras inglesas, uma aguarela de caldo ao jantar...

Mas para ludíbrio dos operários, visto que, escudando-se... na tristíssima escudela do caldo, pagam infamemente aos trabalhadores: 10800 e 11800 dinheiros!... «Vocês já podem ganhar mais, porque o «rancho»—mas não o dos gatos, mas não o dos cães—já vos ajuda muito... E eis o que costumam dizer os Johns da casa Sandeman...

«Que humanitários criaturas, que não dão direito aos operários de ao menos serem equiparados aos cães! E que pusilanimidade a de certos homens, que se sujeitam, rebaixando a sua dignidade, a ir a enterros de gatos!... Com gatos mortos precisavam eles na casa... Mas vá: como compensação, têm enterro de cão... como o afogado...»

C. V. S.

caro, e acessível se tornasse ao maior pobreto.

Ainda havia uma outra forma de tirar o carácter de negócio ao fúnebre: era dar entrada gratuita aos sócios dos clubes que jogassem nesse dia. Desta forma beneficiavam os clubes, os quais vieram as suas populações aumentarem. Querem os porém parecer que esta ideia não será aproveitada...

Pois se em desafios com grupos estrangeiros organizados por dois ou três clubes só dão entrada aos sócios do clube que joga nesse dia, roubando assim os sócios dos restantes clubes, que por igual tomam parte nos riscos da empresa...—K.

Adaptação cinematográfica do romance de Sarah M. Lean Green.—Scenas da vida dos pescadores da Nova Inglaterra.—Naufrágio. Heroísmo e abnegação dos humildes baleeiros. Magistral interpretação de BARBARA BEDFORD Frank Newman e Robert Gray.

A PORTA FECHADA
Comédia sentimental com FRANK M'FARLANE
Loucuras campestres
Sarça em 2 partes pelas belezas de Century
Uma revista cinematográfica

Adaptação cinematográfica do romance de Sarah M. Lean Green.—Scenas da vida dos pescadores da Nova Inglaterra.—Naufrágio. Heroísmo e abnegação dos humildes baleeiros. Magistral interpretação de BARBARA BEDFORD Frank Newman e Robert Gray.

A PORTA FECHADA
Comédia sentimental com FRANK M'FARLANE
Loucuras campestres
Sarça em 2 partes pelas belezas de Century
Uma revista cinematográfica

Adaptação cinematográfica do romance de Sarah M. Lean Green.—Scenas da vida dos pescadores da Nova Inglaterra.—Naufrágio. Heroísmo e abnegação dos humildes baleeiros. Magistral interpretação de BARBARA BEDFORD Frank Newman e Robert Gray.

A PORTA FECHADA
Comédia sentimental com FRANK M'FARLANE
Loucuras campestres
Sarça em 2 partes pelas belezas de Century
Uma revista cinematográfica

Adaptação cinematográfica do romance de Sarah M. Lean Green.—Scenas da vida dos pescadores da Nova Inglaterra.—Naufrágio. Heroísmo e abnegação dos humildes baleeiros. Magistral interpretação de BARBARA BEDFORD Frank Newman e Robert Gray.

A PORTA FECHADA
Comédia sentimental com FRANK M'FARLANE
Loucuras campestres
Sarça em 2 partes pelas belezas de Century
Uma revista cinematográfica

Adaptação cinematográfica do romance de Sarah M. Lean Green.—Scenas da vida dos pescadores da Nova Inglaterra.—Naufrágio. Heroísmo e abnegação dos humildes baleeiros. Magistral interpretação de BARBARA BEDFORD Frank Newman e Robert Gray.

A PORTA FECHADA
Comédia sentimental com FRANK M'FARLANE
Loucuras campestres
Sarça em 2 partes pelas belezas de Century
Uma revista cinematográfica

Adaptação cinematográfica do romance de Sarah M. Lean Green.—Scenas da vida dos pescadores da Nova Inglaterra.—Naufrágio. Heroísmo e abnegação dos humildes baleeiros. Magistral interpretação de BARBARA BEDFORD Frank Newman e Robert Gray.

A PORTA FECHADA
Comédia sentimental com FRANK M'FARLANE
Loucuras campestres
Sarça em 2 partes pelas belezas de Century
Uma revista cinematográfica

Adaptação cinematográfica do romance de Sarah M. Lean Green.—Scenas da vida dos pescadores da Nova Inglaterra.—Naufrágio. Heroísmo e abnegação dos humildes baleeiros. Magistral interpretação de BARBARA BEDFORD Frank Newman e Robert Gray.

A PORTA FECHADA
Comédia sentimental com FRANK M'FARLANE
Loucuras campestres
Sarça em 2 partes pelas belezas de Century
Uma revista cinematográfica

Adaptação cinematográfica do romance de Sarah M. Lean Green.—Scenas da vida dos pescadores da Nova Inglaterra.—Naufrágio. Heroísmo e abnegação dos humildes baleeiros. Magistral interpretação de BARBARA BEDFORD Frank Newman e Robert Gray.

A PORTA FECHADA
Comédia sentimental com FRANK M'FARLANE
Loucuras campestres
Sarça em 2 partes pelas belezas de Century
Uma revista cinematográfica

Adaptação cinematográfica do romance de Sarah M. Lean Green.—Scenas da vida dos pescadores da Nova Inglaterra.—Naufrágio. Heroísmo e abnegação dos humildes baleeiros. Magistral interpretação de BARBARA BEDFORD Frank Newman e Robert Gray.

A PORTA FECHADA
Comédia sentimental com FRANK M'FARLANE
Loucuras campestres
Sarça em 2 partes pelas belezas de Century
Uma revista cinematográfica

Adaptação cinematográfica do romance de Sarah M. Lean Green.—Scenas da vida dos pescadores da Nova Inglaterra.—Naufrágio. Heroísmo e abnegação dos humildes baleeiros. Magistral interpretação de BARBARA BEDFORD Frank Newman e Robert Gray.

A PORTA FECHADA
Comédia sentimental com FRANK M'FARLANE
Loucuras campestres
Sarça em 2 partes pelas belezas de Century
Uma revista cinematográfica

Adaptação cinematográfica do romance de Sarah M. Lean Green.—Scenas da vida dos pescadores da Nova Inglaterra.—Naufrágio. Heroísmo e abnegação dos humildes baleeiros. Magistral interpretação de BARBARA BEDFORD Frank Newman e Robert Gray.

A PORTA FECHADA
Comédia sentimental com FRANK M'FARLANE
Loucuras campestres
Sarça em 2 partes pelas belezas de Century
Uma revista cinematográfica

Adaptação cinematográfica do romance de Sarah M. Lean Green.—Scenas da vida dos pescadores da Nova Inglaterra.—Naufrágio. Heroísmo e abnegação dos humildes baleeiros. Magistral interpretação de BARBARA BEDFORD Frank Newman e Robert Gray.

A PORTA FECHADA
Comédia sentimental com FRANK M'FARLANE
Loucuras campestres
Sarça em 2 partes pelas belezas de Century
Uma revista cinematográfica

Adaptação cinematográfica do romance de Sarah M. Lean Green.—Scenas da vida dos pescadores da Nova Inglaterra.—Naufrágio. Heroísmo e abnegação dos humildes baleeiros. Magistral interpretação de BARBARA BEDFORD Frank Newman e Robert Gray.

A PORTA FECHADA
Comédia sentimental com FRANK M'FARLANE
Loucuras campestres
Sarça em 2 partes pelas belezas de Century
Uma revista cinematográfica

Adaptação cinematográfica do romance de Sarah M. Lean Green.—Scenas da vida dos pescadores da Nova Inglaterra.—Naufrágio. Heroísmo e abnegação dos humildes baleeiros. Magistral interpretação de BARBARA BEDFORD Frank Newman e Robert Gray.

A PORTA FECHADA
Comédia sentimental com FRANK M'FARLANE
Loucuras campestres
Sarça em 2 partes pelas belezas de Century
Uma revista cinematográfica

Adaptação cinematográfica do romance de Sarah M. Lean Green.—Scenas da vida dos pescadores da Nova Inglaterra.—Naufrágio. Heroísmo e abnegação dos humildes baleeiros. Magistral interpretação de BARBARA BEDFORD Frank Newman e Robert Gray.

A PORTA FECHADA
Comédia sentimental com FRANK M'FARLANE
Loucuras campestres
Sarça em 2 partes pelas belezas de Century
Uma revista cinematográfica

Adaptação cinematográfica do romance de Sarah M. Lean Green.—Scenas da vida dos pescadores da Nova Inglaterra.—Naufrágio. Heroísmo e abnegação dos humildes baleeiros. Magistral interpretação de BARBARA BEDFORD Frank Newman e Robert Gray.

TEATROS, MÚSICA E CINEMAS

Festas artísticas

Despertou o mais natural entusiasmo e alegria, a notícia de ir realizar, no teatro Apolo, a sua festa artística a ilustre actriz Ilda Stichini, a quem os se's numerosas admiradores terão ocasião de aplaudir, especialmente, nessa sua noite de homenagem.

O espectáculo é dos mais atraentes, pois consta da primeira representação da popularíssima peça «A Galderia», interpretando a festejada pela primeira vez, a parte de protagonista, em que terá, decerto, mais uma brilhante criação, a enfileirar entre as mais notáveis da sua já vasta galeria. Para a recitação de Ilda Stichini, no Apolo, está aberta a marcação de bilhetes, e pelo entusiasmo que despertou o seu simples anúncio, é de prever que o teatro se encherá à cunha, nessa noite.

Noticias

Hoje e amanhã, em último domingo, ainda vai à scena no Apolo, a famosa peça «O Conde de Monte Cristo», cujo empolgante entrecho e situações arrebatadoras absorvem, completamente, as atenções do público, levando-o a aplaudir a peça e os seus intérpretes, com o maior entusiasmo. Não deve, pois, faltar às despedidas do «Conde de Monte Cristo», quem quiser assistir a um sensacionalíssimo espectáculo.

ESPECTÁCULOS

Politeama.—A's 21,30.—O Leão da Estrela. Apolo.—A's 21,30.—O Conde de Monte Cristo. Eden.—A's 20,45 e 22,45.—Frei Tomás ou o Mistério da Rua Saravá de Carvalho. Maria Vitória.—A's 20,30 e 22,30.—«Rataplan», «Jumento», «A 30—Virmas» e «A Cidade». Iluminado (o Graço).—A's 20.—Animatografo. Irmãos Perceira.—A's 20.—Concursos e Iluminados.

CINEMAS

Olimpia.—Chado Terrace—Salão Central—Cinema Condes—Salão Ideal—Salão Lisboa—Sociedade Pro. Motora de Educação Popular—Cine Paris—Cine E. J. Gracia—Chanteier—Líbulo—Tortoise.

TEATRO APOLO

HOJE, 19

O Conde de Monte Cristo

Nos principais papeis: Ilda Stichini e Rafael Marques

MADEIRAS

Nacionais e estrangeiras, de cor, para marceneiros, serradas em todas as grossuras.

MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO

Sabino da Silva

Largo dos Inglesinhos, 50—LISBOA

EDEN TEATRO

Telef. N. 3800

Sociedade Comercial de Teatros, Limitada

Direcção artistica de HENRIQUE SANTANA

HOJE

PRIMEIRAS REPRESENTAÇÕES DO QUADRO

Mercado de Donzelas

E ESTREIA DE

3—NÚMEROS NOVOS—3

A festa dos mercados

O fado do Cambalacho

O Varredor

ampliação da festejada revista

Frei Tomás

erro de seu pai, chorou. Mas bem depressa as vozes que lhe falavam em sonhos lhe disseram:

«Chegou a hora... A França e o seu rei estão perdidos sem ti... Vai, filha de Deus!... salva o teu rei... salva a França!... O senhor é contigo!...

Escutai, filhos de Joel, esta legenda da plebeia católica e realista:

Carlos VII deveu a sua corôa a Joana Darc..., renegou-a e abandonou-a cobardemente!—Todos os dias ela ajoelhava piedosamente diante dos padres católicos..., os seus bispos a queimaram viva! A cobardia da cavalaria dera a Gália aos ingleses;—o patriotismo, o génio militar de Joana, triunfaram enfim do estrangeiro..., esta é perseguida, traída, e entregue pela raiva invejosa dos cavaleiros! Pobre plebeia! A implacável inveja dos capitães e dos cortezaos, a ingratidão real, a ferocidade clerical fizeram o teu martírio! Se abençoada através das idades, virgem guerreira! Santa filha da mãe pátria!... Escutai, filhos de Joel, escutai esta legenda, e julgai por ela as gentes da corte, da igreja, da guerra e da realeza!...

CAPITULO II

A INSPIRAÇÃO

Roberto de Baudricourt, chefe do exército em Vaucouleurs, homem na força da idade, e de aparência marcial, com um rosto de que a rudeza era compensada por um olhar inteligente e penetrante,

Relatório moral do Comité Confederal ao próximo Congresso Confederal

Depois desta tentativa de «frente única» lançada por aqueles que desde a Covilhã não têm feito outra coisa que não seja provocar a discórdia nos organismos fiéis aos princípios constitutivos da C. G. T., nada mais se passou digno de registro, à parte as calúnias dirigidas aos militantes da C. G. T.—até 18 de Abril do ano corrente.

E' do conhecimento geral como surgiu este movimento reaccionário, fortemente preparado e com o exclusivo objectivo de estabelecer uma feroz perseguição aos elementos revolucionários.

Também é do domínio público como os factos se passaram. E o Conselho Confederal, apreciando demoradamente a atitude tomada pelo Comité Confederal estabelecendo relações com representantes dos partidos Socialista, Comunista e partidários da I. S. V., aceitou os factos consumados, aprovando o seguinte documento:

«O Conselho Confederal constata a jugulação do movimento reaccionário conservador, aceita como facto consumado—com ou sem virtudes ou defeitos—a acção desenvolvida pelo Comité Confederal e resolve demarcar numa muito próxima reunião a orientação básica a seguir em momentos semelhantes, prosseguindo na discussão da ordem de trabalhos.—Santos Arranha, Vergílio de Sousa, delegados da U. S. O. de Setúbal».

Jerónimo de Sousa, apresenta a seguir a seguinte moção:

«Considerando que em qualquer outro momento se pode dar um novo movimento, como em outras circunstâncias anteriores, o comité confederal deverá proceder em conformidade com as resoluções já tomadas em reuniões do conselho confederal em momentos idênticos».

Contudo, não é demais acentuarmos que o proceder do Comité, foi baseado na seguinte resolução adoptada pelo Congresso da A. I. T., e referente à frente única do proletariado.

«O Congresso tem a convicção de que se pode aceitar em certos momentos uma acção em conjunto dos sindicatos com outras tendências para a co-execução de determinados fins práticos, mas que essa acção em conjunto não pode abandonar nunca a independência dos sindicatos, nem existir por longo tempo, e de que em nenhum caso deve ser missão dos sindicatos ajudar determinados partidos políticos à conquista do poder».

De resto, em acontecimentos quasi idênticos, a organização sindical manifestara-se pela realização duma acção simultânea. E na reunião do Conselho Confederal, efectuada em 25 de Novembro de 1923, um delegado, referindo-se à frente única, com o aplauso do mesmo conselho emitiu esta opinião: *«Além da verdadeira unidade que é aquela estabelecida dentro da organização sindicalista revolucionária, pode adoptar-se outra frente única com outros organismos, mas em circunstâncias muito especiais, sem que a organização operária perca a sua característica sindicalista revolucionária».*

Assim o entendeu o Comité, quando do 18 de Abril. Os acontecimentos afiguraram-se-lhe excepção e entenderam-se como outros elementos absolutamente contrários ao movimento reaccionário que estava na rua e inimigos mais ou menos violentos do Estado burguês.

Mas nenhuma responsabilidade que compromettessem a independência da C. G. T. foram tomadas pelo Comité, quando o Conselho Confederal apreciou os factos passados não teve de occupar-se de quaisquer compromissos fillos da aproximação havida, porque nenhuns tinham sido tomados.

Em conformidade com o documento aprovado na sessão efectuada em Abril, reuniu o Conselho em 24 para resolver segundo o dito documento. Os partidários da I. S. V. apresentaram então estoutro documento:

«Os signatários, representantes dos seus respectivos organismos, reconhecendo que a estrutura da C. G. T., pelo seu carácter absolutamente profissional, não reúne as facilidades necessárias para opôr uma acção de carácter revolucionário a qualquer movimento de revolta política conservadora; e reconhecendo também que existem agrupamentos com objectivos caracterisadamente operários e revolucionários, os quais certamente darão aos produtores possibilidades de triunfo, pelo facto de agruparem indivíduos que, embora não sendo operários, podem exercer uma acção muito útil aos princípios proletarianos; reconhecendo ainda que sem o estabelecimento de unidade entre todas as escolas sociais e os agrupamentos de carácter retivamente operário e revolucionário, estudando e realizando uma obra de agrupamento apertado e prevenido para a defesa consciente, regular, metódica e oportuna, por movimentos de massas, em defesa da classe trabalhadora;

São de opinião e defendem como absolutamente necessária a execução da matéria consumada nos seguintes pontos:

1.º—A C. G. T. considera como indispensável o estabelecimento duma estreita unidade, com delegados efectivos, com todos os agrupamentos de carácter genuinamente operários e revolucionários, para o fim restrito da organização, regular e indispensável, da defesa da classe operária, contra as manifestações de ditadura fascista, por parte da reacção das «forças vivas».

2.º—Do mesmo modo a sua acção será coordenada com a acção delineada pela «comité» comum dos organismos referidos, para a realização dos objectivos enunciados no número anterior.—Federação Marítima, António dos Santos, Manuel Rodrigues; Arsenal do Exército, Júlio Luis; Arsenal da Marinha, Abílio Alves de Lima; Federação dos Empregados no Comércio, Manuel Rodrigues».

O Conselho regeitou aquele documento aprovando este:

«Considerando: que a C. G. T., tem na sua estrutura a capacidade revolucionária para atingir os seus objectivos quando criadas as células necessárias para tal; que todos os agrupamentos apontados para constituir a chamada unidade, que já existe dentro da C. G. T., não tem valor algum revolucionário para fazer a transformação social de harmonia com os objectivos do sindicalismo revolucionário; que a C. G. T., tem no seu estatuto estabelecido, bem claramente, no n.º 2 do art. 1.º o fim revolucionário a atingir; que o parágrafo 2.º do art. 33, diz: «que os indivíduos que exercam cargos políticos de qualquer espécie não podem fazer parte do conselho confederal», facto este que deve servir de base para demonstrar que a C. G. T., não deve, por

princípio algum, aliar-se aos organismos políticos, o conselho confederal resolve:

1.º, Que a C. G. T., mantenha, íntegra, a sua acção política, agindo com a sua própria força sempre que as circunstâncias de qualquer movimento de reacção conservadora o obriguem;

2.º, Criar imediatamente as células necessárias a fazer valer a sua acção revolucionária em tais movimentos.—Os delegados da U. S. O. do Porto, Jerónimo de Sousa; dos Mestres de Aljustrel, Artur Cardoso; da U. S. O. de Oitão, Francisco Viana; do Sindicato Textil da Covilhã, H. Marques; da Federação de Tanoeira, Faustino Ferreira, J. Tavares Adão; da Federação Rural, Amado Pinto, António Marcelino.

Como consequência, talvez, da rejeição do primeiro daqueles documentos, na reunião do Conselho Confederal efectuada em 20 de Maio os mesmos elementos apresentaram uma proposta com os objectivos da anterior que foi também rejeitada. Em face da atitude da maioria do conselho os proponentes do documento regeitado apresentaram um documento e uma declaração, que traziam redigidos e que são do teor seguinte:

«O conselho Confederal:

Tendo em atenção que não foi suficientemente aclarada a competência atribuída ao comité a constituir para combater a reacção, conforme sua deliberação ultimamente tomada, porquanto tendo embora reconhecido anteriormente «que a C. G. T. tem na sua estrutura a capacidade revolucionária suficiente para atingir os seus objectivos, quando criadas as células necessárias para tal» entendeu contudo que não era oportuno «regeitar toda a espécie de frente única, efectiva ou temporária, com quaisquer agrupamentos politico-partidários ou seus derivados», resolvendo antes «criar imediatamente as células necessárias a fazer valer a sua acção revolucionária, sempre que as circunstâncias de qualquer movimento de reacção conservadora a tal o obriguem», flagrante prova de que realmente se não encontrava com as condições indispensáveis para por si e tal como se apresenta fazer face ao perigo de uma ditadura das «forças-vivas», situação que de resto o se mantem, visto que supondo mesmo ser verdadeira a asserção supra referida não é isso tarefa que se realize de momento e a demonstrá-lo está a impossibilidade de tal ter-se conseguido ainda;

Reconhecendo:

A grave iminência da perigosa ameaça, cada vez mais intensa, de instituição em Portugal de uma ditadura reaccionário-militarista, contra o que devem ser conjugados os esforços sinceros e dedicados de todos os elementos operários revolucionários e dos verdadeiros amantes de uma mais ampla liberdade, para o que se impõe a constituição de um poderoso bloco em comum todas as energias e forças dispersas, a quem impelle precisamente o mesmo objectivo, proporcionando assim ao proletariado uma maior soma de probabilidades para que triunfe os seus desígnios;

Resolve:

Atribuir ao Comité a constituir por elementos seus, com o mandato de combater a reacção, os poderes indispensáveis para que em nome da C. G. T. possa estabelecer os entendimentos ou acordos que julgar convenientes ou necessários para que esse bloco seja organizado no mais curto espaço de tempo possível».

«Declaração—O Sindicato do Pessoal do Arsenal da Marinha e Cordoaria Nacional reconhecendo a improficuidade dos seus esforços junto da Confederação Geral do Trabalho no sentido de conseguir que estabelecida seja uma inequívoca unidade entre todos os elementos operários, revolucionários e liberais em face da perigosa ameaça de instituição em Portugal de uma ditadura reaccionária e conservadora, deseja que bem patente e claramente fique vinculada a sua nenhuma responsabilidade pelas funestas consequências que porventura possam advir para toda a organização operária e revolucionária, resultante de tão singular procedimento por parte do Conselho Confederal, não aceitando sob nenhum aspecto nem pretexto os seus pontos de vista».

Esta declaração foi tomada como ofensiva para os organismos que regeitaram o documento anteriormente referido, e em sessão continuada a 22 do mesmo mês o Conselho aprovou a seguinte questão prévia:

«O Conselho Confederal, atendendo à necessidade de enfrentar uma série de problemas de resolução urgente, tais como a defesa de regalias conquistadas e conquista de mais regalias para o proletariado, robustecimento da organização e adestramento revolucionário dos trabalhadores não só para a resistência a opôr aos ultramontanos reaccionários como para apreciarem a sua revolução emancipadora; reconhecendo que tem sido a causa de desperdício de tempo o ressurgir para a discussão, assuntos que brigam com a orientação básica da Central Operária; e considerando que desses assuntos um, a colaboração com os partidos políticos esquerdistas, tendo sido afastado pela rejeição da maioria dos delegados de classes, ressurgiu a tomar mais uma sessão que acabando por ratificar a rejeição não deixou, porém, de ser uma sessão perdida; não podendo pois continuar em regime de desperdício de tempo e de energias, resolve:

Considerar de condenável obstrucionismo a trabalhos que de facto interessam a vida dos trabalhadores a apresentação futura de qualquer ponto para discussão que colida com a carta confederal ou com as resoluções dos congressos e prossegue na ordem dos trabalhos».

A aprovação desta questão prévia e a rejeição dum requerimento apresentado pelos delegados do Sindicato do Pessoal do Arsenal do Exército deu causa a que os ditos delegados abandonassem o conselho e os delegados da Federação Marítima solidarizaram-se mais tarde com esta atitude.

Nessa mesma sessão ficou a presidência do conselho encaregada de se avistar com os corpos gerentes do dito Sindicato, no sentido de demover os seus delegados da resolução tomada e voltarem ao conselho; porém nada conseguiu.

Dias depois os dois Sindicatos Arsenalista e a maioria dos delegados da Federação Marítima aprovaram o corte de relações com a C. G. T.

Em virtude da resolução dos seus delegados a Federação Marítima cortou também relações com a C. G. T. Eis os documentos votados:

«O Conselho Confederal reunido em 6 de julho último e apreciando a gravidade desta situação e vendo que qualquer scisão na Organização Confederal, acarretaria uma perigosa situação para o proletariado,

resolveu não aceitar a situação criada aos confederados pelos ditos organismos».

«Considerando que a atitude assumida pelos Sindicatos dos Arsenalistas do Exército e Marinha é dubia e inaceitável, pois não define claramente a sua situação perante a C. G. T.;

que a atitude, irritante que até esta data tem sido assumida pelos delegados desses sindicatos e confirmada pelo relatório do delegado do último organismo, justifica a necessidade de uma atitude enérgica por parte da C. G. T.;

que as resoluções dos referidos sindicatos são a consequência do desejo de determinados militantes, reunidos sob a base de partidários da I. S. V., e não nas aspirações da grande maioria da classe;

O Conselho Confederal, resolve:

1.º Comunicar aos mencionados sindicatos que a C. G. T., não aceita a suspensão de relações convidando-os a optar por qualquer das situações seguintes: ou anular a suspensão das relações e continuarem confederados, ou, em caso contrário, considerarem-se desconfederados.

2.º Saídar os arsenais do exército e marinha que não estão de acordo com o objectivo divisionista das resoluções tomadas pelos seus sindicatos.

3.º A doutrina desta moção é extensiva a todos os organismos que se coloquem em igual ou idêntica situação perante a C. G. T.

A resposta dada a esta moção pelos referidos sindicatos diz que mantêm a mesma atitude, esclarecendo que não se consideravam com as relações cortadas, mas sim suspensas (ofício do Sindicato do Pessoal do Arsenal de Marinha, de Agosto p.p.). Quanto à Federação Marítima, a maioria dos sindicatos marítimos pronunciaram-se pela C. G. T. do que resultou uma situação difícil para a mesma, visto demonstrar-se que aquele organismo tinha desrespeitado a vontade dos sindicatos para satisfação de alguns indivíduos.

Pelo exposto verifica-se que a acção dispensada pelos elementos discordantes da orientação da C. G. T. reduziu numa ameaça scissionista que, para bem do movimento operário português, é necessário evitar que tome maior corpo. Quanto às condições que os sindicatos de relações cortadas com a C. G. T., põem para voltar ao seio da mesma, o congresso que se pronuncie como o julgar mais conveniente.

Recomposição do Comité Confederal

Dadas as circunstâncias que motivaram o pedido de demissão do Comité Confederal nomeado na Covilhã, facto que revestiu um aspecto melindroso, este Comité não se considera muito à vontade narrando os acontecimentos e por isso deixa essa missão aos membros do anterior Comité. Na reunião do Conselho Confederal efectuada em 30 de Outubro de 1923 o secretário geral de então, Santos Arranha apresentou a sua demissão do cargo, seguindo-se-lhes os restantes membros. O pedido foi acompanhado do seguinte documento:

«Presados camaradas do Conselho Confederal—Decorrido um ano sobre o de que num congresso, a maioria dos representantes do proletariado da região portuguesa me colocou no cargo assás espinhoso que tão incompetentemente tenho desempenhado, circunstâncias várias forçam-me a apresentar-vos a minha inabaliável resolução de renúncia. Faço-o convencido de que podeis e deveis aceitá-la, visto que o art. 16.º § único, do estatuto confederal vos confere a prerrogativa da demissão parcial ou colectiva do Comité Confederal.

«Não renuncia, porém, sem motivos, quem nunca abraçou ideais por dilettantismo. Mas, deixai que eu guarde por menores e sintetize a filiação do que resolvei em dois motivos, o segundo mais inferior do que o primeiro: o depauperamento físico e espiritual; a convicção de que a minha persistência no cargo é prejudicial a uma pretensa harmonia nas fileiras militantes, visto que o meu temperamento rígido—que amarfanei na Covilhã quando entre os risos e os sarcasmos aviltantes dos confusionistas, aceitei com os meus colegas do Comité o sacrifício que os mais competentes repudiaram—não se coaduna com o temperamento passivo e malcável de uma parte dos militantes da nossa barricada sindicalista revolucionária, e a personalização das questões ideológicas pode ferir mais sensivelmente a organização operária. Pouco ou nada deixo feito, mas sinto nada mais poderem exigir-me os que sobotaram e os que boicotaram o Comité. Julgo ter cumprido o meu dever como militante e fer mantido íntegra a coerência como idealista. Não me acuso e não me louvo. Inspiré-me sempre nos interesses e desejos da massa operária, que em nós tem confiado e procurei defender-lhe a autonomia, o único caminho que a há de conduzir à emancipação integral e inofissimável. E se as intenções dos homens alguma coisa valem, acreditai na minha boa intenção e na garantia que vos dou de tolerância, apeteço que desassombadamente todos os indivíduos definam uma tendência ideológica e dentro do respectivo âmbito lutem por ela. Retiro-me convencido de que nos tempos que vão correndo, é bem difícil o ser-se coerente. Para aqueles que neste passado ano, dentro ou fora do Comité, me acompanharam com a sua solidariedade, vou os meus protestos de admiração e a afirmação de que, espiritualmente, muito embora no remanso da minha vida profissional e no meu lar a que vou dedicar-me um pouco, os acompanharei na luta pró-libertação da legião à que pertencemos, de todas as tutelas seculares ou hodiernas, para o que continuarei a afirmar-me vosso e da causa».

A causa desta demissão, filiava-se em apreciações que numa reunião de militantes à qual assistiu uma parte do Comité incluindo Santos Arranha, foram feitas ao dito camarada.

O Conselho aceitou a demissão do Comité e após três sessões foi nomeado novo Comité, de cujo ficaram fazendo parte três componentes do anterior, Silva Campos, Carlos Coelho e Gonçalves Vidal. Este já não faz parte do Comité nesta data.

A propaganda e Organização

E' pela propaganda que toda a organização é compellida a desempenhar-se mais proficilmente da sua missão; conhecedores deste facto e no cumprimento das suas obrigações o Comité e o Conselho Confederal tiveram sempre em vista desenvolver a maior propaganda possível.

E se em realidade os resultados alcançados não correspondem às energias espendidas, eles são no entanto o resultado do caótico estado da desorganização em que se encontra a colectividade.

Bastantes delegacias se fizeram neste es-

paço de tempo. Dezenas de classes se organizaram e reorganizaram. E muitos mais se teriam organizado se não fosse a profunda crise de trabalho que as classes vêm atravessando.

Para melhor atender à necessidade de coordenar a propaganda e a criação de novos elementos militantes, o Conselho Confederal, reunido em 1.º de Abril de 1924 aprovou o seguinte documento:

1.º Que as federações, delegações de propaganda ou quaisquer outros organismos aderentes à C. G. T., comuniquem sempre a esta, a saída de delegados seus para fora da localidade onde têm a sua sede;

2.º A nomeação duma comissão composta por três membros, dois saídos do conselho e um do Comité, com o encargo de:

a) Elaborar um quadro de assuntos de ordem económica, moral e sociológica, que satisfaçam as exigências do momento actual e de acordo com as bases do sindicalismo, a que os delegados deverão sugerir as suas exposições além das questões de ordem técnica;

3.º que a dita comissão fique ainda com o encargo de desenvolver no nosso meio a maior soma de conhecimentos possíveis, com o objectivo de criar novos militantes, devendo para isso ir ao encontro dos indivíduos e coisas que julgar convenientes à satisfação deste objectivo;

4.º Que a secção de federações, de harmonia com resoluções que já tomou sobre realização de congressos das respectivas indústrias, diligencie que os congressos se realizem com intervalos nunca inferiores a um mês;

5.º Que assim que as disponibilidades da C. G. T., o permitam sejam criadas delegacias permanentes de propaganda, conforme proposta da secção de uniões e acordo tomado na reunião dos secretários gerais da mesma».

Esta comissão de propaganda, que depois se convencionou denominar, «Secretariado de propaganda», é que tem orientado a propaganda nestes últimos tempos, bem como a defesa aos ataques movidos pelos elementos comunistas-moscovistas.

Dos relatórios colhidos pelas delegacias aos diversos pontos do país, constata-se um lamentável estado de desorganização devido à falta de militantes.

Para atender a essa deficiência a Secção de Uniões propôs o envio de delegacias móveis para diferentes localidades.

O Conselho aprovou a proposta, à semelhança de idêntica resolução que o conselho anterior ao Congresso da Covilhã tinha tomado. Mas assim como nessa data não foi possível dar-lhe execução, também agora o não foi devido à falta, por um lado de recursos financeiros que assegurassem o bom êxito das delegacias, por outro à falta de camaradas que se desempenhassem destas missões, a um tempo espinhosas e de grande responsabilidade.

Toda a organização continua a sentir necessidade de esta medida ser posta em prática, mas as razões que tal tem impedido subsistem, e enquanto assim suceder não haverá facilidade em dar satisfação ao resolvido tão acertadamente.

Não tendo, contudo, isso sido possível o Conselho Confederal, tendo em vista o aproveitamento de elementos que existem em diversas localidades, aprovou por proposta do Comité Confederal, a criação de 4 Delegações Confederais de Propaganda no país e nas seguintes regiões: Algarve, Alentejo, Beiras, região do Douro e Norte.

Apenas as Delegações do Douro e Beiras têm auxiliado a propaganda; as duas restantes nunca funcionaram devidamente.

Para atender a esta divisão de atribuições na propaganda, o Comité propôs e o Conselho aceitou, a divisão dos fundos de propaganda em cinco frações. Na prática não foi nunca possível atender tal divisão, pois as despesas feitas pelo Comité são sempre superiores à importância que deste modo lhe é destinada.

Assim, e para que não se estabeleçam normas impraticáveis, entendemos que não deve ser atribuído nenhum orçamento a qualquer Delegação, e que do orçamento geral para propaganda saia as importâncias que forem sendo possíveis e necessárias, para que as Delegações se desempenhem da sua missão, exclusivamente de propaganda.

Consideramos também, muito embora só duas Delegações demonstrassem poder existir, que sempre que as necessidades da propaganda o aconselham e para tal existam os elementos indispensáveis, novas Delegações sejam criadas.

Relações internacionais

De acordo com as resoluções dos congressos, a C. G. T. procurou estabelecer estreitas relações com as organizações sindicais revolucionárias doutros países:

Foi com os camaradas de Espanha que pretendem primeiro e mais completamente estabelecer essas relações. Assim em fins de Junho de 1923 realizou-se em Evora o primeiro encontro duma delegação da C. G. T. e da C. N. T. de Espanha.

Talvez por se tratar da primeira reunião para assuntos de tão grande importância, limitou-se a conferência à aprovação duma declaração de princípios, pela qual os dois organismos presentes afirmavam que a finalidade do movimento sindicalista revolucionário, é o comunismo libertário.

Em Dezembro do mesmo ano realizou-se nova reunião de delegados das duas centrais. Desta vez são os delegados da C. G. T. que vão ao país vizinho, mas em tão boa hora que, como todos sabem, lá ficaram presos durante quasi três meses.

Enquanto no primeiro encontro se aprovou uma declaração de princípios na segunda—e até hoje última—nem isso se fez.

A policia de Rívera foi, certamente, mais inteligente do que «os nossos» e soube impedir a elaboração de qualquer documento, pelo qual o proletariado dos dois países coordenasse a sua acção defensiva do capitalismo. A prisão dos delegados portugueses juntamente aos do Comité da C. N. T., seguiu-se em Espanha uma mais larga caça aos sindicalistas os quais deste modo ficaram impossibilitados de tentarem connosco—com probabilidades de êxito—novas reuniões.

Contudo, a despeito da feroz perseguição riverista, ainda na Espanha existe organização sindicalista revolucionária, com quem devemos procurar manter ligação, em benefício do proletariado de ambos os países e como incentivo.

Além das relações com os camaradas de Espanha, não teve a C. G. T. relações directas com as centrais doutros países a não ser por intermédio da A. I. T.

Resolveu o Congresso da Covilhã, em contraposição à tese «Relações Internacionais» que lhe foi presente, aceitar os princípios da Conferência de Berlim dos Sindi-

calistas Revolucionários. De acordo com a resolução do congresso, a C. G. T. estabeleceu relações com o Bureau S. R., com sede em Berlim.

A adesão à Associação Internacional dos Trabalhadores

Para dar realização às resoluções da conferência, o Bureau promoveu, em Dezembro de 1922, um Congresso das Organizações Sindicais Revolucionárias em concordância com os preliminares da conferência. Deste modo convidou a C. G. T. a participar do dito Congresso, e o Comité Confederal apresentou esse convite (feito por ofício) à reunião do Conselho que se efectuou em 1 de Dezembro do referido ano.

Após demorada discussão, pois uma parte do conselho não aceitava a representação directa da C. G. T., foi aprovada a seguinte proposta:

«Proporho que represente a C. G. T. Portuguesa no Congresso Internacional Sindicalista o camarada secretário geral da mesma, sem que se contraia qualquer compromisso».

A menção de que a C. G. T. não devia recorrer a qualquer empréstimo para se poder fazer representar nesse Congresso, foi devido ao Comité ter afirmado que lutava com dificuldades monetárias. Contudo o delegado não pôde partir, não só devido à falta de recursos como, e sobretudo, por não dispor já de tempo para preparar a sua partida. Em vista disso o comité enviou o seu relatório ao congresso o qual foi publicado em *A Batalha*.

No entanto, o Congresso resolveu constituir a Associação Internacional dos Trabalhadores, organismo pelo qual as organizações sindicais revolucionárias do mundo encontrarão a necessária ligação. Os estatutos foram publicados em *A Batalha*, conforme resolução do Conselho Confederal e perante os quais os sindicatos resolveriam aderir ou não à Internacional de Berlim.

Na sessão do Conselho Confederal de 15 de Fevereiro de 1923, foi lido o resultado do congresso e proposto que o mesmo conselho deliberasse a adesão à Internacional. Após breve discussão o conselho aprova o seguinte documento:

«Que seja suspensa a resolução sobre a adesão à A. I. T. enquanto não for publicada o seu estatuto no jornal *A Batalha*».

E, portanto, foi feita a publicação dos estatutos e o conselho reunido em 3 de Abril, do mesmo ano, volta a occupar-se do assunto. Depois duma prolongada discussão aprovou um documento que termina com as seguintes conclusões:

«O Conselho Confederal reunido para resolver sobre a posição internacional da C. G. T. Portuguesa, declara acceitar a forma constitutiva da A. I. T. por estar consentânea com o espirito e organização do proletariado português, e resolve:

1.º Para efectivar a sua adesão à A. I. T. dirigir imediatamente uma circular-consulta aos organismos confederados que se pronunciarem em definitivo sobre a adesão àquela Internacional.

2.º Fazer publicar em *A Batalha* as alterações ao estatuto da I. S. V. esclarecendo em comentários que elas em nada modificaram a subordinação da organização sindical a um partido político.

Este número veio a propósito da discussão travada no conselho em favor da I. S. V. onde afirmou que os seus estatutos haviam sido alterados no sentido de desviar toda e qualquer intromissão do partido comunista nessa Internacional. Constatou-se, afinal, que se tratava duma mudança de palavras e nada mais.

A circular proposta pelo documento acima transcrito, foi imediatamente enviada aos organismos confederados, os quais, desde logo se pronunciaram pela A. I. T.

Na reunião do Conselho Confederal de 28 de Setembro do mesmo ano, o Comité deu conta do resultado da consulta feita aos organismos, constando terem respondido 115 sindicatos, 104 pela adesão à A. I. T., e 6 pela adesão à I. S. V. e 5 abstenções. Estava portanto dada a adesão à A. I. T., o que lhe foi comunicado.

Em Dezembro de 1923 a A. I. T. convocou uma conferência dos organismos aderentes, que teve lugar em Innsbruck (Austria), à qual não foi possível a C. G. T. comparecer, devido a dificuldades de ordem financeira. Mas a C. G. T. manteve sempre aturadas relações com o Bureau da Internacional enviando-lhe também a sua cotização regular.

A conferência de Innsbruck resolveu que o Bureau fizesse uma edição de selos de propaganda da Internacional os quais seriam distribuídos pelas organizações aderentes.

A C. G. T., recebeu alguns desses selos cuja venda promoveu. Porém não obteve os resultados previstos e ainda se encontram bastantes em poder do Comité, quando, afinal, fácil é aos organismos adquirirem-os.

Também a A. I. T., quando os horrores da fome assolavam a Alemanha, se dirigiu às organizações aderentes para que estas socorressem as crianças famintas daquele país.

Nesse sentido fez a C. G. T., um apelo ao proletariado que foi correspondido, embora não tão completamente como o caso requeria. Foram remetidos ao Bureau as importâncias recolhidas.

Quando da occupação do Rhur e durante os acontecimentos que se lhe seguiram, a A. I. T., manteve sempre relações com os aderentes apelando para que desenvolvessem sempre uma intensa agitação contra a atitude guerrista dos governos burgueses, provocação constante para uma nova guerra.

Em 20 de Março do ano corrente, realizou-se o 2.º congresso da A. I. T. já pela importância do mesmo, já porque directamente a C. G. T., se fez representar trataramos dele em capítulo especial.

Congressos Corporativos e Conferências Inter-Sindicais

Neste lapso de tempo que nos separa do Congresso da Covilhã, realizaram-se grande número de Congressos e algumas conferências de Sindicatos locais que pelo seu valor merecem referência.

Em 1923, realizou-se, apenas, o Congresso dos Empregados no Comércio o qual, devido à falta de entendimento entre os delegados sobre a tese «Nova Constituição da Federação», não alcançou resultados dignos de menção. Para auxiliar a realização deste Congresso a C. G. T., contribuiu com a quantia de 400\$00.

Em 1924 têm lugar congressos de quasi todas as indústrias. O primeiro é dos Me-

talúrgicos—Abril—que decorreu atrabiliariamente, devido a desinteligências entre o Comité Metalúrgico do Norte e a Comissão Administrativa da Federação. Este facto determinou não serem sido apreciados convenientemente os trabalhos que constavam da ordem do congresso.

Também a C. G. T. contribuía com a importância superior a 1.000\$00 escudos para a realização deste congresso.

Em Julho realiza-se o congresso da Construção Civil, um dos mais importantes. Em 19 de Outubro realizou-se o das classes Marítimas, o mais importante de todos, e em 2 de Novembro o Corticeiro. A C. G. T. não dispendeu quaisquer quantias para a realização destes congressos. A 9 de Novembro effectuou-se em Tomar o congresso dos Operários do Calçado, Couros e Peles e pouco depois effectuava-se o congresso constitutivo da Federação dos Operários da Indústria de Conservas.

A propaganda para o primeiro destes dois congressos foi também auxiliada pela C. G. T.

Todos os referidos congressos, excepto o das classes Marítimas, confirmaram a adesão da C. G. T. à A. I. T., por unanimidade.

Em quasi todos eles, foram discutidas e aprovadas teses sobre a defesa das mulheres e menores nas respectivas indústrias, bem como sobre a higiene nas oficinas. No sentido de dar coordenação a todos estes trabalhos dispersos, o Comité Confederal propoz ao Conselho—e este acceitou—a elaboração duma tese dando orientação geral às resoluções dos congressos corporativos, ao mesmo tempo que as tomava extensivas a todas as classes. Essa tese consta da ordem de trabalhos deste congresso. Além destes congressos, effectuaram-se, também, duas conferências confederais, uma dos secretários das U. S. do país, outra dos secretários da Federação, Sindicatos Nacionais e isolados, promovidas pelas secções respectivas da C. G. T., as quais tiveram lugar em Lisboa, a primeira a 30 e 31 de Dezembro de 1923 e a segunda a 27 de Abril do mesmo ano. A conferência das Uniões dos Sindicatos discutiu e aprovou os seguintes trabalhos:

«O estabelecimento de delegacias permanentes na provincia e a modificação da estrutura das U. S. que passarão a denominarem Câmaras Sindicais».

Como resultado das resoluções desta conferência, a U. S. O. de Lisboa promoveu uma conferência inter-sindical que aprovou a modificação da sua estrutura e um novo estatuto pelo qual, e dentro de novos moldes, se passou a denominar Câmara Sindical do Trabalho.

A conferência dos secretários de federações, mais importante do que a primeira em representação, apreciou trabalhos dum alto valor industrial, dos quais destacamos os seguintes: «Exposição sobre a situação das indústrias Têxtil, do Livro e do Jornal, Mobiliária, Comércio, Rurais, Metalurgia, Tanoeira, Corticeira e Mineira».

O maior valor dos trabalhos apresentados está na forma de inquérito em que estão feitos, que permite a constituição de números estatísticos, dos quais sempre tem havido imensa escassez.

Além destas importantes reuniões, realizou-se também a Conferência inter-Sindical dos Sindicatos da provincia do Alentejo.

Nela se reuniram todos os organismos operários daquela região, e não só pelos assuntos ali versados, como pela circunstância de se reunirem todos esses organismos, a conferência teve um alto significado, demonstrando a necessidade de mais reuniões da natureza destas noutras regiões.

A C. G. T. acompanhou os trabalhos de esta conferência, auxiliando-a moral e materialmente.

Cédula pessoal

Diversas tentativas têm sido feitas pelos governos e outras entidades do Estado para estabelecer o uso da cédula pessoal. Sempre por parte dos trabalhadores tem sido repellido energicamente tal pretensão.

Mais uma tentativa destas foi feita o ano passado pelo governo de então. Simplesmente o processo, que desta vez se serviria para fazer virar a cédula, é que difere muito dos anteriores.

A cédula era fornecida no acto do registo dos nascimentos, o que ainda se pratica, em casos de consórcios e em outros actos oficiais.

Era igualmente exigida a cédula, o que determinava a obrigação de todas as pessoas a adquirirem.

Perante tal facto, que provocou no patronato uma alegria transbordante e que se manifestou nas columnas dos órgãos das forças vivas, a C. G. T. convidou o proletariado a reagir contra a hodierna griheta.

Nesse sentido e por intermédio de *A Batalha* a C. G. T. desenvolveu uma intensa agitação que determinou, a repulsa do povo em aceitar o livrete.

Em virtude deste gesto foi prorrogado o prazo da sua distribuição a qual se repetiu segunda e terceira vez. Por sua vez o povo continuava a mostrar-se disposto a não aceitá-la. Perante esta recusa sistemática o governo desistiu da aplicação da cédula, excepto, como já referimos, nos actos de registo dos nascimentos.

Houve quem, a exemplo do que existe em França, Espanha e outros países que instituíram um sistema de registo individual, afirmasse que a cédula não oferecia os perigos que a C. G. T., se afigurava. Porém e muito embora na referida cédula se existisse o espaço suficiente para o registo da identidade do individuo, succede que o decreto que a instituiu determina que nela se escreva o comportamento civil dos seus possuidores. Acrescentando a isto o apoio dado pelo patronato ao estabelecimento da dita cédula e os modos de satisfação como a ela se referia considerando-a como uma excelente medida de saneamento social, não era necessário mais para se compreender que a cédula ia mais para uma admirável medida posta ao serviço da burguesia contra a classe operária, a eterna escravizada.

O patronato via na cédula o meio conveniente de poder realizar a nefanda obra de perseguição com menores responsabilidades, aos operários que tivessem a ousadia de repudiar a exploração mil vezes criminosa de que diariamente são vítimas.

E' possível que nos outros países tais documentos não constituam uma arma perigosa para os seus possuidores, mas no nosso país, com o seu patronato tão inteligente e humano seria um verdadeiro flagelo.

Por isso a C. G. T. procurou combater a cédula por todos os modos e se mais rapidamente não conseguiu ver coroados de êxito os seus esforços, deve-se ao modo capcioso como a cédula foi instituída.

(Continua)



CONGRESSOS OPERÁRIOS

Congresso Confederal

Relação dos organismos aderentes

A comissão organizadora do Congresso Confederal tem reunido diariamente para ultimar os seus trabalhos. Na última reunião resolveu enviar um dos seus componentes a Santarém, a fim de tratar de alojamentos para os delegados que tomam parte no Congresso. Estes devem procurar aquele delegado naquela cidade para que o mesmo os elucide sobre as condições de instalação.

Até agora aderiram ao congresso e nomearam delegados os seguintes organismos:

Federação Rural, Joaquim José Candieira; Sindicatos Rurais: de Cano, Joaquim António Carrilho; Cabeço de Vide, Francisco António Madeira; de Vila Boim: João da Silva Botelho; José Francisco Largueiras; Manuel António dos Santos; de Juremenha: A. A. Galego; de Cabeço: Pedro Alexandre; Manuel Almeida Carvalho e José Pedro Vredas; de Sêda: Alfredo Bronze; de Borja: José António Paiva; de Vendas Novas: Frutuoso da Silva; de Souel, Augusto Caldeirinha; de Évora: Vital José; de Graça do Divor, Matias José d'Oliveira; de Sáfara, António Lourenço; de Fronteira, João Barroso; de Benavila, Sebastião Biguinhos; de Elvas, Custódio Lobo da Silveira; de Montoito, Joaquim Godinho Barradas; de Via Glória, Francisco António Ximenes; de Extremoz, Edmundo Tenente; de Terrugem, João Miguel Maurício.

Ainda não comunicaram o nome dos delegados os seguintes sindicatos rurais: São Marcos, São Romão, Cercal do Alentejo, Ervedal, Alvalade, Egrejinha.

Federação do Livro e do Jornal—Delfim Pinheiro.

Sindicatos gráficos—Liga das Artes Gráficas do Porto, António Teixeira; Litógrafos e Anexos de Lisboa, Jaime Tiago; Encadernadores e Anexos de Lisboa, Eugénio Inácio; Liga das Artes Gráficas de Santarém, António Carvalho; Litógrafos do Porto, António Alves Pereira; Compositores Tipográficos de Lisboa, Carlos José de Sousa, Joaquim Rodrigues Castelo e Virgílio Moura Santos; Impressores Tipográficos de Lisboa, António Costa.

Corticeiros—Associação do Barreiro, Jorge Ferreira Migueis; Associação de Aldega, Armando Covelo; Associação de Silves, Domingos dos Santos Passarinho; Associação de Almada, Silvério dos Santos; Associação de Lisboa, João Serra Júnior; José Amores e Edmundo Braga; Associação de Vendas Novas, Joaquim Nodan; Associação de Castelo Branco, José Vilhena; Associação do Seixal, João António de Oliveira; Associações de Portalegre e de Sines, ainda não indicaram os nomes dos delegados.

Manufactureiros de Calçado—Associação de Lisboa, Manuel da Silva Campos, Jerónimo de Sousa e Manuel Joaquim de Sousa; Associação do Porto, João Narciso Timoteo de Carvalho; Associação de Beja, José Guerreiro Cambado; Federação dos Operários da Indústria de Calçado Couros e Peles, Jerónimo de Sousa.

Tanoeiros—Federação da Indústria Vinícola, Faustino Ferreira; Associação dos Tanoeiros de Lisboa, Joaquim Tavares Adão; Associação do Porto e Gaia, David Dias Pisco; Sindicato dos Trabalhadores dos Armazéns de Vinho do Porto e Gaia, ainda não indicou delegado.

Construção Civil—Federação da Construção Civil, João Miranda; Sindicatos de Lisboa, Alfredo Lopes, Alberto Dias e João Gomes; do Porto, António Inácio Martins; de Ponte de Sôr, Manuel dos Santos Sardinha; da Guarda, Ernesto dos Santos Gonçalves Pereira; de Sintra, Carlos Araújo; de Matosinhos, Augusto Francisco Canastra; de Fafe, Gervásio da Silva; de Paial (Açores), Carlos Maria Coelho; de Tires, Lourenço Luís Sabido; de Almada, Gabriel Moura Pais; Oeiras, Marinha Grande, Portimão, Linda-a-Pastora, Viana do Castelo e Monchique, ainda não indicaram delegados.

Marítimos: Ass. dos Descarregadores de Mar e Terra da Vala do Carregado, José Pereira; de Almada, António Fernandes; Ass. dos Marítimos de Sines, Jaime Martins; Ass. dos Trabalhadores do Tráfego do Porto de Lisboa, José Francisco; Ass. dos Maquinistas Fluviais de Lisboa, João Luís da Silva Moura; Ass. do Pessoal de Cámaras, José dos Santos Cadete; Ass. dos Marítimos da Foz do Douro, Manuel Gomes de Matos; Ass. dos Marinheiros e Moços da Marinha Mercante, Silvino de Noronha; Ass. dos Fogueiros de Mar e Terra, António Brás, Júlio Mendes da Silva e Joaquim António Oliveira; Ass. do Pessoal de Rebocadores e Gazolinhas, António Rodrigues da Silva; Ass. dos Carregadores e Descarregadores de Terra e Mar do Porto, Inácio Teixeira Bastos; União Marítima de Bucaros, António Charron da Costa. (Ainda não indicaram delegados as seguintes Ass.: Descarregadores de Mar e Terra de Azambuja, Chaffeurs Marítimos, Carpinteiros Naveiros de Portimão e Sindicato dos Fragateiros de Portimão).

Sindicato dos Ferroviários do Sul e Sueste, Alfredo Carvalho, Alfredo Pinto e João Fernandes Cavalheiro; Ass. dos Chaffeurs do Porto, António Santos Coelho.

Metalúrgicos: Sindicatos de Lisboa, Emílio Santana, Manuel Ferreira da Silva e Francisco Viana; de Marinha Grande, Manuel da Silva Marques; do Porto, Saul de Sousa.

Mobiliários: Federação Mobiliária, José Martins Grilo; Sindicatos de Lisboa, José Martins Grilo, Manuel Nunes e José da Silva Santos Arranha; de Gonçalo, Manuel Rodrigues Melo; Faro, ainda não indicou delegados.

Empregados no Comércio: Federação dos Empregados no Comércio (Zona Norte), Manuel José Pereira Braga; Associação dos Empregados Menores no Comércio e Indústria, Abraão Rodrigues Coimbra; União dos Empregados no Comércio do Porto, Manuel José Pereira Braga.

Manipuladores de Pão: Associação do Porto, Albertino Gomes; (ainda não indicaram delegados: Associação de Braga, de Coimbra e Figueira).

Sindicatos diversos: Sindicato Mineiro de Aljustrel, António Alves Figueira; Sindicato Único dos Operários da Vidreira da Marinha Grande, Sindicato dos Chapeleiros de Braga (não indicaram o nome do delegado) Associação dos Manufactureiros de Tecidos de Lisboa, Henrique Marques: Sin-

dicato dos Operários Municipais de Lisboa, Carlos Costa, António Pinheiro e Manuel dos Santos; Associação Operários dos Vidreiros do Porto, Artur Palet; Associação Operários da Indústria Têxtil da Covilhã, António Lopes Jorge; Associação dos Manufactureiros e Tecidos de Gouveia; Associação do Pessoal do Porto e Caminhos de Ferro de Lourenço Marques, José de Abreu; Sindicato dos Mineiros de S. Domingos, Valentim Adolfo João; Sindicato dos Operários da Indústria Têxtil do Porto, António Alves de Sá, Joaquim Henriques Teixeira Júnior e Manuel Candido Machado; Associação dos Operários Chapeleiros de Lisboa, Manuel Marques; Sindicato Misto de Évora, João dos Santos.

União: Câmara Sindical do Trabalho de Lisboa, Rozendo José Viana; União dos Sindicatos Operários do Porto, Felisberto Baptista; de Portimão, Joaquim Duarte Valongo.

Atendendo a que ainda existem alguns sindicatos que não se pronunciaram, o que podem fazer ainda, resolveu a Comissão receber adesões até ao Congresso, chamando para isso a atenção dos respectivos sindicatos.

Regulamento do Congresso

Artigo 1.º—Constituem o Congresso:

- a) As Associações de Classe;
- b) As Federações Corporativas;
- c) As Unões Locais de Sindicatos e Câmaras Sindicais de Trabalho;
- d) O Comité Confederal da C. G. T. e seus agregados, organizadores do Congresso.

Art. 2.º—Cada uma das supracitadas organizações pode fazer-se representar por um ou três delegados.

§ único—Exceptua-se o Comité Confederal e seus agregados, cujo número pode ser de quatro membros.

Art. 3.º—Os delegados devem ser operários assalariados e sindicados das respectivas indústrias.

Art. 4.º—Das organizações representadas no Congresso apenas as associações de classe têm voto deliberativo, tendo voto consultivo as restantes.

§ único—Cada associação tem apenas um voto.

Art. 5.º—Ao Comité compete a abertura do Congresso.

Art. 6.º—O Congresso nomeará uma comissão revisora de mandatos, constituída por cinco membros, que verificará a identidade e qualidade dos delegados e apresentará o seu parecer na primeira sessão, antes de se entrar na ordem dos trabalhos.

Art. 7.º—A presidência e secretariado das sessões não serão efectivos, tendo cada sessão um presidente e dois secretários, eleitos pelo Congresso.

Art. 8.º—A ordem dos trabalhos será anunciada, no final de cada sessão, pelo presidente.

Art. 9.º—A ordem dos trabalhos será escrupulosamente respeitada, para evitar desperdício de tempo ou protelação de assuntos.

§ 2.º—Aberta a sessão, entrar-se há imediatamente na ordem do dia.

§ 3.º—Qualquer assunto estranho à ordem pode ser tratado no fim da sessão.

Art. 9.º—O Congresso, na sua última sessão, elegerá, por escrutínio secreto ou por aclamação, o Secretariado Confederal.

Ordem de trabalhos

1.ª sessão, dia 23, às 14 horas: Abertura do Congresso, revisão de mandatos, discussão do regulamento, apresentação de documentos de diferentes organismos e nomeação da respectiva comissão de pareceres.

2.ª sessão, dia 23, às 21 horas: Discussão dos relatórios do Comité Confederal e da Batalha.

3.ª sessão, dia 24, às 13 horas: Apreciação do relatório do delegado a Amsterdam.

4.ª sessão, dia 24, às 21 horas: organização Social Sindicalista e revisão dos estatutos confederais.

5.ª sessão, dia 25, às 13 horas: Câmaras e Juntas Sindicais; Crise de trabalho e horário; o trabalho nas prisões.

6.ª sessão, dia 25, às 21 horas: Higiene Industrial, Trabalho das Mulheres e menores.

7.ª sessão, dia 26, às 13 horas: Educação, emigração e mão de obra.

8.ª sessão, dia 26, às 21 horas: Condições de trabalho nas colónias, parecer da respectiva comissão sobre propostas, nomeação do secretariado confederal, indicação do local do futuro congresso, encerramento do Congresso.

Conselho Confederal da C. G. T.

Reuniu-se anteontem com a presença dos representantes dos seguintes organismos: Unões de Sindicatos de Lisboa, Porto, Setúbal, Seixal, Faro e Évora; Federações da Construção Civil, Rural, Mobiliária, Livro e do Jornal, Couros e Peles, Ferroviária, Vinícola e Empregados no Comércio; Sindicatos isolados: Mineiros de S. Domingos, Têxteis da Covilhã. Do expediente, constava um ofício da C. S. T. de Lisboa acreditando seu delegado Rozendo Viana. Antes da ordem de trabalhos é nomeado delegado à sessão dos Chaffeurs Marítimos Fernando A. Marques.

Silva Campos expõe os trabalhos realizados para bom êxito do Congresso Confederal e a necessidade da nomeação dos delegados para representarem a C. G. T. nos Congressos Corporativos, sendo nomeados, por sua indicação, Manuel Joaquim de Sousa, para o Rural; Manuel Nunes, para o do Livro e do Jornal; para a Conferência Têxtil, Carlos Coelho. V. de Sousa propõe para que seja nomeado também um delegado à Conferência da Indústria da C. Civil, sendo aprovado e ficando ao Comité o encargo de indicar o delegado. Mário Pinto procede à leitura dos pareceres da comissão revisora de contas da C. G. T., que encerram as seguintes conclusões:

1.º—Que aprovele o relatório financeiro do Comité Confederal. 2.º—Que aprovele o relatório financeiro do Conselho Jurídico. 3.º—Que exareis na acta um voto de congratulação pela maneira simples e metódica como está montada a acta da C. G. T. 4.º—Que a guarda-livros da C. G. T. seja dada uma gratificação pelo esforço despendido na montagem da acta, esforço que, reconhecemos, não tem sido devidamente recompensado.

Virgílio de Sousa apresenta a comunicação de que a comissão de que faz parte para rever as contas de A Batalha não

pode apresentar o seu parecer devido ao pouco tempo que dispõe para esse trabalho devido a complexidade das contas da administração, no entanto esta levará as contas ao Congresso devendo-se depois proceder à sua revisão.

Apreciada a ordem de trabalhos do Congresso, é aprovada.

F. A. Marques apresenta uma proposta, para que todas as células da C. G. T. estejam representadas directamente no congresso; depois de larga discussão é aprovada.

Carlos Gil, da Federação do Mobiliário depois de tratar da inclusão na ordem de trabalhos de uma comunicação sobre trabalho nas prisões, apresenta uma proposta, que é aprovada, para que esse trabalho constitua um número da ordem.

Foi ainda resolvido que todos os trabalhos na posse da comissão organizadora sejam publicados até ao dia da reabertura do Congresso.

Depois de apreciar diversos assuntos é encerrado o conselho pelas 2 horas.

Federação dos Trabalhadores Rurais

Reuniu-se em 15 do corrente o conselho federal, para apreciar assuntos relativos ao congresso, com a representação dos Sindicatos de Évora, Vila Viçosa, Vila Franca de Xira, Ervedal, Vale de Vargo, Terrugem, Fronteira, Mexilhoeira Grande, Sabugueiro, Cabeço de Vide, Souel, Escoural, Aviz, Machado, Siborro.

Apreciou o expediente que constava de ofícios acompanhando as adesões ao Congresso Rural e registando as mesmas, as quais são as seguintes:

Fronteira, Benavila, Vila Boim, Cano, Juremenha, Sáfara, Évora, Souel, Vendas Novas, Graça do Divor, Cercal do Alentejo, Borja, Ervedal, Sêda, Cabeço, S. Manços, Aviz, Pavia, Coruche, Elvas, Via Glória, Egrejinha, Siborro, Cabeço de Vide, Estremoz, Alter do Chão, Alvalade.

Apreciou ainda a demora de alguns sindicatos que ainda não deram adesão ao Congresso, esperando que (os mesmos ainda esta semana se pronunciem, pois que a partida dos delegados para Santarém deve ser no sábado, a fim de todos os delegados estarem em Santarém no Domingo, 20 do corrente.

Resolveu que a Federação no congresso seja representada por três membros da comissão administrativa.

Apreciou a lista dos nomes para ser presente ao Congresso para a futura comissão administrativa da Federação. Resolveu oficiar a Vila Franca sobre a sua representação no Congresso assim como a Escoural.

II Congresso dos Trabalhadores do Livro e do Jornal

E' inaugurado amanhã em Santarém o II Congresso dos Trabalhadores do Livro e do Jornal e V Congresso Gráfico. Há precisamente 9 anos que não se efectuava um congresso corporativo desta indústria, apesar de se vir sentindo a necessidade da sua realização, a fim de robustecer as suas células, e obstar ao declive, em que se vinha debatendo a organização gráfica.

A sua realização marca um esforço de vitalidade orgânica, e dele deve resultar um trabalho útil e homogêneo, devido aos ensinamentos recebidos durante tão longo período de ostracismo.

Os trabalhos que vão ser presentes a este Congresso são de suma importância e oportunidade, coadunando-se com as modernas fórmulas da organização sindicalista.

A comissão organizadora deste Congresso reuniu-se ontem mais uma vez, tendo constatado o justificado interesse que a sua realização está despertando em todos os centros gráficos do país.

Os organismos que se fazem representar no Congresso e respectivos delegados são os seguintes:

Associação dos Compositores Tipográficos de Lisboa: Carlos José de Sousa, Joaquim Rodrigues Castelo e Virgílio Moura Santos.

Liga das Artes Gráficas do Porto: António Teixeira.

Associação dos Impressores Tipográficos de Lisboa: António Costa.

Associação dos Litógrafos do Porto: António Alves Pereira.

Associação dos Vendedores Jornais de Lisboa: Alfredo Marques Pereira, Raúl Marques de Oliveira e Manuel Dias de Matos.

Associação dos Encadernadores e Anexos de Lisboa: Eugénio Inácio.

Associação dos Distribuidores de Jornais do Porto: António José Leite.

Sindicato dos Profissionais de Imprensa: Alfredo Marques.

Conselho Inter-federal: Manuel Ardions.

Liga das Artes Gráficas de Santarém: António Carvalho.

Associação dos Fabricantes de Papel de Abelhêira.

Associação dos Litógrafos e Anexos de Lisboa: Jaime Tiago.

Os delegados de Lisboa, partem amanhã no comboio das 5.45 que chega a Santarém pela volta das 9 horas; pede-se a todos os delegados para serem portadores das suas credenciais.

O Congresso realiza-se nas salas da Associação dos Empregados no Comércio de Santarém nos dias, 20, 21 e 22.

Impressores tipográficos

Reuniram-se anteontem mais uma vez em assembleia geral, tendo terminado a discussão, que nas várias assembleias efectuadas, vinha incidindo sobre as teses a apresentar ao II Congresso da Federação do Livro e do Jornal e ao I Congresso Confederal, tendo sido aprovadas várias emendas a algumas delas.

Foram também demarcados vários pontos de vista, a fim de orientar o delegado a interpretar o sentir da assembleia.

Federação da Construção Civil

Com o fim de se iniciarem na terça-feira, 22, as sessões da conferência dos organismos sindicais da Construção Civil a realização em Santarém, os delegados do norte devem sair das suas localidades de forma a estarem naquela cidade e naquele dia no comboio que ali chega às 14 horas e 47 minutos, e os delegados do sul no comboio que ali chega às 12 horas e 3 minutos.

Os delegados são aguardados na gare por um dos membros da comissão organizadora.

Conferência Nacional dos Trabalhadores de Indústria Têxtil

A comissão organizadora desta conferência comunica aos sindicatos aderentes que, em conformidade com a última circular que lhes foi enviada, a conferência inicia os seus trabalhos no dia 21, às 14 horas, devendo portanto os delegados encontrar-se em Santarém nessa data e dirigir-se à Associação dos Caixeiros daquela cidade.

Ordem de trabalhos da conferência

1.ª sessão.—Dia 21, às 14 horas: abertura da conferência, nomeação da comissão revisora de mandatos; discussão dos estatutos da Federação;

2.ª sessão.—Dia 22, às 9 horas: A Federação da Indústria perante os vários partidos políticos — A questão internacional, a crise de trabalho, alguns meios de a debelar.

3.ª sessão.—às 14 horas: Plano de acção sindical a desenvolver nas localidades onde o número de trabalhadores seja superior ao das organizações, comunicações diversas, indicação da localidade da sede da Federação e nomeação da comissão administrativa, encerramento da conferência.

Regulamento da conferência

1.º Compõem a conferência:

- a) Os sindicatos da Indústria Têxtil;
- b) A Confederação Geral do Trabalho;
- c) A comissão organizadora da conferência.

2.º Para cada sessão é nomeada uma presidência.

Bolsa de Trabalho e Solidariedade da Construção Civil

Reuniu-se ontem o conselho de delegados deste organismo, tendo-se ocupado da conferência que os organismos da indústria vão realizar em Santarém, nomeando delegado a essa conferência o seu secretário geral Alexandre Assis.

Comissão Organizadora do I Congresso da Indústria do Vestuário

Conjuntamente com os agregados nomeados pela assembleia geral e o delegado da C. G. T. reuniu-se a direcção dos Alfiates de Lisboa que apreciou a marcha dos trabalhos pró Conferência do Vestuário.

Constatando a sua inviabilidade, mercê da falta de tempo, para a data indicada, resolveu dar uma maior latitude aos seus trabalhos substituindo a conferência pelo I Congresso da Indústria, nomeando para tal fim uma comissão organizadora. Respondeu ao expediente recebido do S. U. do Vestuário do Porto, Alfiates de Braga e Guimarães.

Roga esta comissão aos sindicatos de Viana do Castelo, Póvoa de Varzim e Viseu uma resposta breve às circulares que lhes foram enviadas, esperando que nenhum sindicato da indústria descure o assunto, pondo, no interesse da organização, o máximo do seu esforço, e boa vontade.

Encadernadores e Anexos

Reuniu-se ontem e anteontem a assembleia geral que regeitou a tese Questões Internacionais e aprovou com algumas emendas os estatutos da Confederação Geral do Trabalho e da Federação do Livro e do Jornal, as teses sobre as mulheres e menores a apresentar nos congressos Federal e Confederal e as teses Cota de Resistência, Vendedores de Jornais e Trabalho nas Colónias.

Secção Telegráfica

Federações DO LIVRO E DO JORNAL

Sindicatos do Porto.—Tragam bandeiras ao Congresso.

Delegação Confederal de Propaganda.—Porto.—O conselho confederal nomeou delegado à Conferência Têxtil, fica pois dispensado o delegado daí.

Clemente Vieira dos Santos.—Porto.—Convém não faltares à abertura do Congresso Gráfico.

EMPREGADOS NO COMÉRCIO

Junta Norte.—Porto.—O delegado da Junta Sul ao Congresso Confederal é F. Rodrigues Loureiro.

Núcleo de Soure.—Os estatutos ainda não foram aprovados.

Sindicato de Vila Real de Santo António.—Pedimos a vossa atenção para o nosso ofício de ontem.

RENDIMENTOS DOS OPERÁRIOS

Depois de pensado no posto da Cruz Vermelha, recolheu à enfermaria de São Francisco do hospital de São José, Fargondim Francisco, de 34 anos, natural de Itália, tripulante do vapor Beira fundeado no Tejo e que a bordo do mesmo vapor deu uma queda, ficando muito contuso pelo corpo.

AGREMIações VARIAS

Junção Humanitária Amor e Carinho.—A comissão administrativa desta instituição de beneficência infantil realiza, nos dias 20 e 21 do corrente, dentro da freguesia da Sé, onde tem a sua sede, a festa da flor em benefício do seu cofre.

Por desgraça nossa

O «Diário do Governo» de há dias nomeou o sr. Carlos Pereira para uma comissão qualquer, que teria a incumbência de regular ou atender a falta de água em Lisboa, etc. Pois, por desgraça nossa, desde que aquele senhor foi nomeado a falta de água tornou-se mais grave, a ponto que no Bairro Alto, onde raras vezes aquele precioso líquido faltava, falta agora diariamente. Como a falta de água tem sido a maior coroa do director da Companhia, agora aquela escassez foi oficialmente decretada com a nomeação do sr. Carlos Pereira.

Ou o sr. Nuno Simões, quando fez a nomeação daquele senhor, quis reservar a água para os seus clientes exportarem para França com a marca Dourado?

CARTA DE COIMBRA

O pessoal da Câmara Municipal sujeito a um regime caserno

deve organizar-se para defender-se

Segundo informações por nós colhidas, sabemos que entre o pessoal operário dos serviços de electricidade da Câmara Municipal existe um regime de verdadeira opressão, castigando-se a torto e a direito, a propósito dos mais fúteis motivos. Distingue-se nessa fúria perseguidora um senhor engenheiro Gonçalves, capitão reformado do exército, que com um espírito de verdadeiro militarismo, pretende transformar aqueles serviços numa verdadeira caserna, pois faz andar o pessoal, como se dissesse em calão da tropa, de esquerda em linha...

Vimos de ser informados duma proeza daquele sr. engenheiro, que vamos expor sem mais comentários.

Um operário, cujo nome não vem para o caso, cometeu uma falta qualquer no serviço que lhe pertencia. Chamado à presença do engenheiro, justificou como pôde a sua falta, retirando-se na persuasão de que o caso estaria arrumado. Qual não foi, porém, o seu espanto e de todo o pessoal, quando passados dias saiu à ordem—outra vez a tropa a manifestar-se—uma circular, ou lá o que é, em que se condenava aquele operário a trabalhar durante 30 dias sem direito a qualquer espécie de remuneração...

O pobre operário, verdadeiramente aturido com este autêntico roubo, lá foi implorar humildemente, de chapu na mão, junto de alguns superiores, que lhe reduzissem o castigo, pois lhe seria impossível viver durante 30 dias sem remuneração, visto que tem família a sustentar.

Lá conseguiu, então, por especial favor, que lhe sejam descontados 5 dias em cada quinzena, até completar a totalidade dos dias em que foi castigado!

Aí fica narrado o caso, sem mais comentários, pois não encontramos expressões suficientes com que possamos verberar tão grande infâmia.

Não resistimos, todavia, a fazer algumas considerações, mas essas dirigidas ao pessoal que emprega o seu labor naqueles serviços camarários.

Porque é que aqueles operários sofrem todas as extorsões de que são vítimas, sem esboçarem um protesto com que façam valer os seus direitos?

Porque estão completamente desorganizados, não possuindo um vislumbre, sequer, do que seja um sindicato profissional.

Porque não haja operários que tenham tentado organizar o pessoal operário da Câmara? Não. Unicamente porque a maioria se tem recusado obstinadamente a isso.

Então não será mais digno e de efeitos mais seguros que um operário, cónscio da sua força, proteste contra qualquer injustiça, com altivez e com brio, do que andar humildemente, de chapu na mão, a pedir o favor de lhe perdoarem um castigo?

Meditem bem nisto os operários dos serviços de electricidade, procurem organizar-se sindicalmente, que sempre será melhor do que andarem por procissões, de opa vestida e de tocha na mão, colaborando inconscientemente nas farçadas religiosas, que outro fim não têm do que manter o povo na eterna escuridão que é apátnio da Igreja.—C.

Linha de Cascais

Alteração ao horário

Acedendo aos pedidos que nesse sentido lhe foram feitos, a Sociedade Estoril determinou que tivesse também paragem em Santo Amaro de Oeiras e Paço de Arcos o comboio que parte de Cascais à 1 h. 10 e que se efectua nas noites de sábado para domingo, de domingo para segunda-feira e nas noites anterior e seguinte aos dias de feriado.

A partida de Santo Amaro é à 1 h. 33, de Paço de Arcos à 1 h. 37, de Santo à 1 h. 56 e a chegada ao C. Sodré à 1 h. 58. Esta alteração, que entra já em vigor prova mais uma vez o interesse da Sociedade Estoril em bem servir os passageiros da sua linha.

Ceia

Presos que se evadem

CEIA, 15.—Ontem, pelas 20 horas, evadiram-se da cadeia desta vila três presas, duas delas condenadas por furto.

A evasão tem um tanto de misteriosa, pois que a porta da prisão foi encontrada aberta sem vestígios alguns de ter sido forçada.

Uma das fugitivas é a protagonista do crime no Moinho do Buraco, que devia responder no próximo mês de Outubro.

Todas as diligências efectuadas para a recaptura das fugitivas não têm dado resultado.—C.

Com sentinelas à vista...

No Mercado 24 de Julho os operários municipais que ali trabalham, como se se tratasse de vulgares prisioneiros ou simples escravos, estão guardados pela polícia, a pesar de já lhes ter sido notificado que estavam despidos.

Ontem um dos operários, vexado com a situação que lhe criaram, abandonou o serviço e veio junto de nós apresentar os seus protestos que, ostensamente aqui deixamos exarados.

Vida Sindical

CONVOCAÇÕES

DIAS PRÓXIMOS:

Federação Corticeira Nacional.—Reúne amanhã, pelas 11 horas, o Conselho Federal, com a presença de todos os delegados directos e indirectos, a fim de resolver assuntos graves e urgentes.

S. U. do Mobiliário.—Para apreciar uma série de assuntos de interesse máximo para a vida do Sindicato, reúnem-se na segunda-feira os corpos gerentes.

S. U. Metalúrgico.—Reúne-se a assembleia geral, na próxima segunda-feira, pelas 20.30 horas, para apreciar as teses a discutir no Congresso Confederal.

REÚNEM HOJE:

S. U. Limpezas e Pinturas de Navios.—A comissão administrativa, pelas 19 horas.